

# TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA  
28 DE ABRIL DE 2023



EDIÇÃO  
DIGITAL



# PUBLICIDADE LEGAL

📞 ( 4 1 ) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



**TOTAL BIOTECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.**  
07.483.401.0001-99



**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Permanecemos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e as notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro			
Ativo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	89.676	37.187
Contas a receber de clientes	6	191.991	124.078
Estoques	7	28.826	12.423
Impostos e contribuições a recuperar	8	11.269	4.433
Outros ativos		2.693	182
		<u>324.455</u>	<u>178.303</u>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a longo Prazo			
Depósitos judiciais		137	112
Partes relacionadas	19	4.400	81.540
Tributos diferidos	9	12.780	8.155
		<u>17.317</u>	<u>89.807</u>
Imobilizado	10	57.039	19.735
Intangível	11	107.634	10.111
Direito de uso	12	3.208	4.947
		<u>185.198</u>	<u>124.600</u>
Total do ativo		<u>509.653</u>	<u>302.903</u>

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	16.687	1.104
Obrigações tributárias	14	3.501	1.507
Obrigações sociais e trabalhistas	15	24.047	8.947
Passivo de arrendamento	16	2.284	4.802
Empréstimos e financiamentos	17	104.797	52.737
Dividendos a pagar	19	501	20.487
Provisões	18	26.804	14.264
Adiantamentos de clientes e outros		1.456	4.457
		<u>180.077</u>	<u>108.305</u>
<b>Não circulante</b>			
Passivo de arrendamento LP	16	1.617	2.355
Empréstimos e financiamentos LP	17	227.288	117.928
Partes relacionadas	19	10.300	-
Provisões LP	18	622	534
		<u>239.827</u>	<u>120.817</u>
Total do passivo		<u>419.904</u>	<u>229.122</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social		5.030	20.704
Opção de pagamento baseado em ações		2.790	-
Reserva de capital		24.476	24.000
Reserva de lucros		57.453	29.077
Total do patrimônio líquido		<u>89.749</u>	<u>73.781</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>509.653</u>	<u>302.903</u>

Demonstração do Resultado			
	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	22	276.696	139.636
Custo das vendas	23	(82.876)	(41.033)
<b>Lucro Bruto</b>		<u>193.820</u>	<u>98.603</u>
Despesas com vendas	24.1	(59.224)	(30.123)
Despesas gerais e administrativas	24.2	(65.944)	(25.977)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		329	134
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<u>68.981</u>	<u>42.637</u>
Receitas financeiras	25	18.651	5.944
Despesas financeiras	25	(60.731)	(12.398)
Resultado financeiro		<u>(42.080)</u>	<u>(6.454)</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>26.901</u>	<u>36.183</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(15.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	4.038	8.154
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>30.939</u>	<u>29.189</u>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	21	<u>2,09</u>	<u>1,48</u>

Demonstração de Fluxo de Caixa			
	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.901	36.183
<b>Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa</b>			
Depreciação e amortização	10 e 11	8.526	2.436
Amortização do direito de uso	12	3.051	2.964
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	2.392	161
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	6	9.500	2.506
Provisão (reversão de provisão) para liquidação créditos duvidosos	6	(1.545)	824
Provisão para descontos (campanhas de marketing)	18	11.627	9.749
Provisão para contingências trabalhistas	18	88	534
Provisão para estoques obsoletos	7	384	290
Provisão para bônus	15	9.848	2.946
Provisão para prêmios de debêntures	17	6.086	-
Provisão para ICMS a recolher - convênio 100	14	2.403	-
Outras provisões	18	913	3.203
Encargos sobre empréstimos e passivos de arrendamento		50.899	13.718
Provisão para opção de pagamento baseado em ações	20.5	1.131	-
<b>Varições nos ativos e passivos operacionais</b>		<u>58.481</u>	<u>(3.041)</u>
Juros pagos	17.2	(41.088)	(5.392)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.236)	(15.149)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>14.157</u>	<u>(23.582)</u>

**1 Contexto operacional - 1.1 Informações gerais** - A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Total Bio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de culturas de grãos, cana-de-açúcar, algodão, café, hortaliças e frutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e por meio de distribuidores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Bio realiza vendas a quatro principais grupos de clientes, quais sejam: (a) agricultores (clientes finais), (b) distribuidores agrícolas independentes, (c) clientes no exterior (exportações) e (d) outras indústrias em regime de *toling* e venda *B2B*. O atendimento ao mercado brasileiro compreende todo o território nacional e as exportações têm como destino, por ordem de grandeza, os vizinhos Paraguai, Argentina e Bolívia.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Nota	2022	2021
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>			
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 25/11/2021		-	-
Integralização de capital que teve a subscrição na AGE de 22/11/2018		20	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Constituição de reservas	20.4(a)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3	-	-
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Patrimônio líquido		20.704	-
Capital social		5.030	20.704
Opção de pagamento baseado em ações		2.790	-
Reserva de capital		24.476	24.000
Reserva de lucros		57.453	29.077
Total do patrimônio líquido		<u>89.749</u>	<u>73.781</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>509.653</u>	<u>302.903</u>

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	30.939	29.189	
Outros componentes do resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u>30.939</u>	<u>29.189</u>	

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
	Nota	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.901	36.183
<b>Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa</b>			
Depreciação e amortização	10 e 11	8.526	2.436
Amortização do direito de uso	12	3.051	2.964
Baixa de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	2.392	161
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	6	9.500	2.506
Provisão (reversão de provisão) para liquidação créditos duvidosos	6	(1.545)	824
Provisão para descontos (campanhas de marketing)	18	11.627	9.749
Provisão para contingências trabalhistas	18	88	534
Provisão para estoques obsoletos	7	384	290
Provisão para bônus	15	9.848	2.946
Provisão para prêmios de debêntures	17	6.086	-
Provisão para ICMS a recolher - convênio 100	14	2.403	-
Outras provisões	18	913	3.203
Encargos sobre empréstimos e passivos de arrendamento		50.899	13.718
Provisão para opção de pagamento baseado em ações	20.5	1.131	-
<b>Varições nos ativos e passivos operacionais</b>		<u>58.481</u>	<u>(3.041)</u>

Em 22 de novembro de 2018, o controle societário da Companhia foi adquirido pela Biotrop Soluções Biológicas Ltda. ("Biotrop Ltda.") por meio de aquisição de ações e de integralização de capital que, em conjunto, representou a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a Controladora e a Companhia ("Grupo") iniciaram uma série de mudanças na Administração com foco em expandir e fortalecer a atuação comercial e estratégica da Total Bio, bem como a implementação de processos de governança, visando crescimento e aumento do valor da Companhia, além do forte compromisso de desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e econômico. Em abril de 2021, a Biotrop Ltda. adquiriu a participação dos acionistas minoritários e passou a ter controle integral (100%) da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os acionistas da Total Bio deliberaram a incorporação reversa integral do patrimônio da sua entidade controladora Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda., cujo acervo está apresentado abaixo:

Reservas de lucros			
	Nota	2022	2021
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>			
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 25/11/2021		-	-
Integralização de capital que teve a subscrição na AGE de 22/11/2018		20	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Constituição de reservas	20.4(a)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3	-	-
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Patrimônio líquido		20.704	-
Capital social		5.030	20.704
Opção de pagamento baseado em ações		2.790	-
Reserva de capital		24.476	24.000
Reserva de lucros		57.453	29.077
Total do patrimônio líquido		<u>89.749</u>	<u>73.781</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>509.653</u>	<u>302.903</u>

Reservas de lucros			
	Nota	2022	2021
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>			
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 25/11/2021		-	-
Integralização de capital que teve a subscrição na AGE de 22/11/2018		20	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-
Destinação do lucro:			
Constituição de reservas	20.4(a)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-
Dividendos preferenciais fixos e obrigatórios	20.3	-	-
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Patrimônio líquido		20.704	-
Capital social		5.030	20.704
Opção de pagamento baseado em ações		2.790	-
Reserva de capital		24.476	24.000
Reserva de lucros		57.453	29.077
Total do patrimônio líquido		<u>89.749</u>	<u>73.781</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>509.653</u>	<u>302.903</u>

Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes decorrente da incorporação da Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda.		3.027	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado	10	(37.797)	(7.482)
Aquisições de ativos intangíveis	11	(29.071)	(3.820)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<u>(63.841)</u>	<u>(11.302)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital social		20	-
Captação de empréstimos e financiamentos	17.2	191.110	137.790
Mútuos com partes relacionadas		(7.100)	(33.460)
Pagamentos de empréstimos (principal)	17.2	(77.211)	(30.387)
Distribuição de dividendos		-	(3.293)
Pagamentos do passivo de arrendamento	16	(4.626)	(2.586)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<u>102.173</u>	<u>68.084</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<u>52.489</u>	<u>33.200</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	5	<u>37.187</u>	<u>3.987</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	5	<u>89.676</u>	<u>37.187</u>

**Ativos e passivos incorporados**

Ativo circulante	54.466
Ativo Não circulante	157.872
Passivo circulante	(47.608)
Passivo não circulante	(84.884)
<b>Acervo líquido</b>	<b>79.846</b>

Como resultado da incorporação reversa, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 15.674, conforme demonstrado abaixo:

Acervo Líquido Biotrop	79.846
(-) Eliminação do investimento da Total Bio na Biotrop	(77.861)
(-) Opção de pagamento baseado em ações (a)	(1.659)
(-) Adiantamento para futuro aumento de capital	(16.000)
(-) convertido em Empréstimo (b)	(15.674)
Redução do capital	<b>(15.674)</b>

ou Não Circulantes (alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Financeiras" e ao CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"). • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"). • Definição de Estimativa Contábil (alterações ao CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"). • Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação (alterações ao CPC 32 "Tributos sobre o Lucro"). As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

**3 Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **3.1 Julgamentos** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo. **(a) Provisões** - **(a.1) Provisão sobre vendas** - A Companhia promove campanhas comerciais a qual são premiados os vendedores e suas respectivas equipes que atingem as metas de vendas estabelecidas pela companhia. Sendo assim as eventuais despesas decorrentes das campanhas são provisionadas para que o resultado não seja comprometido com despesas de exercícios anteriores. Adicionalmente, as campanhas vêm sendo pagas e a provisão revertida conforme competência de registro da despesa. **(a.2) Provisão para contingências** - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(b) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e intangível** - A Companhia utiliza as seguintes taxas de depreciação e amortização para os bens com vida útil definida em 31 de dezembro 2022:

mento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **(f) Plano de opções de ações** - O cálculo do valor estimado das opções de ações requer elevado grau de julgamento e estimativas sobre o custo ponderado de capital, o crescimento de mercado, a participação da Companhia no mercado, inflação, evolução dos custos, das despesas e outras variáveis na determinação dos valores provisionados. **(g) Subvenções Governamentais** - A Companhia usa julgamentos para a exclusão de subvenções governamentais para fins de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) em virtude do convênio 100/97, o qual reduz ou isenta valores referentes ao ICMS para insumos agrícolas. Tais julgamentos são embasados na jurisprudência e no parecer de escritórios jurídicos. **3.2 Mensuração do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. A Companhia apresentou os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo (*fair value*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto

(continuação)

projetada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial. A diretoria optou por revisar o cálculo e a mensuração de valores anualmente de acordo com as correções reais a ocorrerem nos contratos relacionados. O principal contrato de arrendamento da Companhia refere-se à planta fabril localizada em Curitiba. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, que possui um intervalo de 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento** - Dos contratos que foram escopo da norma, a diretoria da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de alugueis fixos, nos quais consideram-se as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente até o vencimento do contrato, quando identificado a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **4.7 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), representadas pelas unidades operacionais da Companhia. A diretoria entende que o ágio resultante da combinação de negócios beneficia as operações da Companhia como um todo e, frente a impossibilidade de alocação de valor entre as UGCs, senão por critério arbitrário, o teste de *impairment* sobre o ágio é elaborado considerando o resultado das operações da Companhia como um todo. Os ativos não financeiros de vida útil definida (aqueles sujeitos à amortização) que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados anualmente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo o que, na prática, significa que são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **4.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no passivo não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Isto ocorre em descontos comerciais condicionais, uma vez que as condições de obtenção são ultrapassadas, os valores são compensados do saldo a receber dos clientes. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o reconhecimento (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **4.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **4.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Em 2022 e 2021, a Companhia optou pelo regime de tributação sobre o lucro real, cuja base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada sobre o lucro contábil apurado pelo regime de competência, ajustado pelas adições das despesas temporariamente não dedutíveis, e/ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis. Os ajustes considerados nas bases de IRPJ e CSLL correntes geram créditos e/ou débitos tributários diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e são reconhecidas na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. **4.13 Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia possui um plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários, incluindo empregados da Companhia, o direito de se tornarem acionistas. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e performance no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos

direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o exercício no qual o direito é adquirido; exercício durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos emitidos pela controladora são reconhecidos de forma reflexa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas, em contrapartida a despesas com remuneração de administradores. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o seu valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros das contas a receber. Subsequentemente, os juros são apropriados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. **4.16 Conversão em moeda estrangeira** - (a) **Transações e saldos** - As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 25). **4.17 Subvenção governamental - (i) ICMS** - Em 1 de setembro de 2021 a Companhia identificou com a ajuda de especialistas, créditos extemporâneos referente ao exercício corrente de 2021, de IRPJ/CSLL, em virtude do convênio 100/97, o qual reduz ou isenta valores referentes ao ICMS para insumos agrícolas. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devido apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal, o valor da subvenção apurado no exercício foi registrado como receita na rubrica de Subvenção de impostos estaduais em contrapartida da rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "despesa com ICMS". Após a publicação da Lei Complementar nº 160/2017 que alterou a Lei nº 12.973/2014, a Companhia efetuou a revisão da contabilização do crédito outorgado concedido pelos estados em que opera, passando a considerá-lo uma subvenção para investimento, o que resultou num crédito extemporâneo de IRPJ/CSLL no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando o efeito retroativo a partir de janeiro 2021 para a Companhia. Os valores que constituem esse crédito fiscal são referentes às receitas decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS no Estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso. Na forma que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor do benefício fiscal gerado pela receita de subvenção para a rubrica "Reserva de Incentivos Fiscais", dentro do grupo de reserva de lucros. No período findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 19.367 (2021 - R\$ 11.626) de incentivo fiscal apurado e reconhecido pela Companhia foi destinado a rubrica "Reserva de incentivos fiscais", nos termos do parágrafo 3º do artigo 19 da Lei 12.973/2014. Adicionalmente, nos termos da legislação vigente, esses incentivos fiscais deverão compor a base de cálculo dos tributos sobre o lucro quando da sua distribuição a seus acionistas, mesmo que isso ocorra na forma de devolução do capital social constituído com essa reserva. **(ii) Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia aplica a Lei do Bem, conforme estabelece o artigo 17, I e IV, c.c. artigo 19, ambos da Lei 11.196/2005, que estabelece incentivos fiscais no investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em inovação tecnológica. Tal aplicabilidade trouxe como benefício: a redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro no período, efetua exclusão de 80% de tais dispêndios da base de cálculo do IRPJ e CSLL, depreciação acelerada integral, usufrui da amortização acelerada dos valores relativos à aquisição de bens intangíveis também vinculados às atividades de P&I, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados a atividades de P&I, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL; amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de P&I.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Recursos em bancos	2.431	5.682
Aplicações	87.245	31.505
	89.676	37.187

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de Investimento de renda Fixa possuem liquidez diária, e são remunerados a taxas de 100% a 104% do CDI- Certificado de Depósito Interbancário (2021 - 99%). Todas as aplicações financeiras são realizadas em moeda local, imediatamente convertíveis em caixa e estão sujeiras a um risco insignificante de mudança de valor. **6 Contas a receber de clientes** - O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	2022	2021
Mercado nacional	141.518	78.437
Contas a receber de partes relacionadas (Notas 19 e 19.1)	55.312	40.625
Mercado externo	8.047	9.947
(-) Ajuste a valor presente	(12.006)	(2.506)
(-) PCLD	(880)	(2.425)
	191.991	124.078

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	2022	2021
Duplicatas vencidas até 30 dias	3.141	2.423
Duplicatas vencidas de 31 até 90 dias	486	211
Duplicatas vencidas de 91 até 180 dias	1.246	101
Duplicatas vencidas a partir de 181 dias	1.925	2.516
	198.253	123.184
(-) Ajuste a valor presente	(12.006)	(2.506)
(-) PCLD	(880)	(2.425)
Variação cambial	(175)	574
	191.991	124.078

Os valores debitados à conta de provisão para crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Os critérios para reconhecimento da provisão são os seguintes: Duplicatas vencidas de 90 até 180 dias - 40%; Duplicatas vencidas de 181 até 360 dias - 60%; Duplicatas vencidas de 361 até 720 dias - 95%; Duplicatas vencidas a partir de 721 dias - 100%. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. Consequentemente, a diretoria não espera incorrer em perdas superiores ao valor registrado em cada exercício. A movimentação da PCLD é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial - 1º de janeiro	(2.425)	(1.601)
Contas a receber de clientes provisionadas	(388)	(1.271)
Contas a receber de clientes baixadas	1.933	447
	(880)	(2.425)

**7 Estoques**

	2022	2021
Embalagens	5.749	4.476
Matérias-primas	2.257	2.118
Produtos semi-acabados	4.442	3.172
Produtos acabados	16.627	1.861
Produtos acabados em trânsito (cut off)	425	1.086
(-) Provisão para estoques obsoletos	(674)	(290)
	28.826	14.223

Não há estoques dados em garantia.

**8 Impostos e contribuições a recuperar**

	2022	2021
IRPJ/CSLL a recuperar	6.381	1.786
COFINS a recuperar	2.886	695
PIS a recuperar	629	154
ICMS a recuperar	594	-
PIS/COFINS extemporâneo	419	1.466
IRRF a recuperar	259	281
IPI a recuperar	101	51
	11.269	4.433

**9 Tributos diferidos**

	2022	2021
No ativo não circulante		
Créditos diferidos		
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias de:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota 6)	63	825
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes (Nota 6)	4.082	852
Provisão para estoques obsoletos (Nota 7)	229	99
Provisão para bônus (Nota 15)	5.137	1.788
Provisão para prêmios - debêntures (Nota 17)	2.069	-
Provisão para descontos - campanhas de marketing (Nota 18)	7.482	3.529
Provisão para devolução de mercadorias (Nota 18)	627	-
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 18)	212	-
Provisão de royalties (Nota 18)	165	585
Provisão para opção de pagamento baseado em ações (Nota 20)	949	-

**10 Imobilizado**

	Terrenos	Hard-ware	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Mais valia sobre investida	Outros imobilizados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	5.500	1.060	4.697	522	1.792	-	-	476	14.047
Aquisições	4	264	3.327	123	3.112	-	-	652	7.482
(-) Baixas	-	-	(147)	-	-	-	-	(14)	(161)
(-) Depreciações	-	(754)	(427)	(44)	(364)	-	-	(44)	(1.633)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	5.504	570	7.450	601	4.540	-	-	1.070	19.735
Aquisições	311	1.309	10.735	1.159	923	23.093	-	267	37.797
Aquisições por incorporação	-	378	782	107	-	-	920	947	3.134
(-) Baixas	-	-	(184)	(94)	(601)	(300)	-	-	(1.179)
(-) Depreciações	-	(587)	(814)	(71)	(385)	-	(356)	(235)	(2.448)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	5.815	1.670	17.969	1.702	4.477	22.793	564	2.049	57.039
Taxa média anual de depreciação	20%	4%	4%	7%	14%	17%	10%	10%	

Do montante de R\$ 22.793 registrado em imobilizado em andamento, o equivalente a R\$ 13.225 refere-se a adiantamentos efetuados para compra dos ativos imobilizados para ampliação da fábrica em Curitiba (Site 1 e Site 2). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui bens do ativo imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários. **Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve indicadores de perda e necessidade de constituição de provisão. A diretoria efetuou uma revisão e não identificou mudanças que necessitariam de ajustes e/ou alterações dos critérios em 2022 e 2021. **11 Intangível**

	Software	Gastos com desenvolvimento	Marcas, direitos e patentes	Ágio gerado na combinação de negócios	Mais valia sobre a carteira de clientes	Mais valia sobre relação contratual	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	4.340	1.701	1.053	-	-	-	7.094
Aquisições	820	2.918	82	-	-	-	3.820
(-) Amortizações	(618)	(182)	(3)	-	-	-	(803)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	4.542	4.437	1.132	-	-	-	10.111
Aquisições	616	26.944	1.511	-	-	-	29.071
Aquisições por incorporação	1.473	8.486	7.653	52.477	4.462	1.192	75.743
(-) Baixas	(25)	(1.188)	-	-	-	-	(1.213)
(-) Amortizações	(1.511)	(1.401)	(487)	-	(1.487)	(1.192)	(6.078)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	5.095	37.278	9.809	52.477	2.975	-	107.634
Taxa média anual de amortização	20%	14%	6%	17%	25%	-	

Nos exercícios acima apresentados, a diretoria não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda relacionada ao seu ativo intangível. **11.1 Teste do ágio para verificação de impairment** - Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, bem como forma de gestão de estratégia e operacional do Grupo, a diretoria identificou uma única unidade geradora de caixa ("UGC"), a qual o ágio foi integralmente alocado. O valor recuperável da UGC é avaliado anualmente com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela diretoria para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 5,45% a.a. (2021 - 4,00% a.a.) Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua. Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a diretoria tomou como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento. As projeções de fluxo caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela diretoria de 23,08% a.a. (2021 - 17,05% a.a.), antes do imposto de renda e contribuição social. A única unidade geradora de caixa para fins de testes do ágio foi a Total Biotecnologia, com o valor de ágio de 52.477 em 2022, conforme nota explicativa 11, o valor foi o mesmo em 2021 e o tempo indeterminado. Os valores futuros gerados de caixa operacional baseados no uso foram utilizados para o teste. Em 31 de dezembro de 2022, a diretoria não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda. **12 Direito de uso**

	2022	2021
<b>Arrendamentos</b>		
Adições por novos contratos	4.947	4.396
Adições por incorporação	1.068	3.515
(-) Amortização	(244)	-
	(3.051)	(2.964)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	3.208	4.947

**13 Fornecedores**

	2022	2021
Fornecedores mercado interno	16.248	1.104
Fornecedores mercado externo	439	-
	16.687	1.104

**14 Obrigações tributárias**

	2022	2021
ICMS a recolher	824	108
Provisão para ICMS a recolher - convênio 100	2.403	-
Provisão para IOP sobre mútuo	-	1.300
Provisão de IRPJ a recolher	40	40
Provisão de CSLL a recolher	15	16
ISS a recolher	57	30
IPI a recolher	24	-
IRRF sobre demais serviços prestados	103	10
COFINS, PIS, CSLL retido na fonte	35	3
	3.501	1.507

**15 Obrigações sociais e trabalhistas**

	2022	2021
Salários e ordenados	1.503	614
Provisão para bônus	15.109	5.261
IRRF sobre folha de pagamento	1.398	551
Encargos - INSS e FGTS	2.055	909
Provisão para férias e encargos	3.982	1.612
	24.047	8.947

**16 Passivo de arrendamento**

	2022	2021
Saldos em 1º de janeiro	7.157	4.817
Adições por novos contratos	970	4.344
Atualização monetária	140	582
Incorporação	260	-
(-) Pagamentos das contraprestações	(4.626)	(2.586)
Total do passivo de arrendamento	3.901	7.157
Circulante	(2.284)	(4.802)
Não circulante		

(continuação)

por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela diretoria, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 existem processos trabalhistas contra a Companhia, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Os montantes envolvidos e provisionados são de R\$ 622 (2021 - R\$ 534). **Contingências possíveis** - A Companhia adotou uma estratégia tributária em relação ao pagamento de ICMS consistente com a legislação, que incentiva e reduz as alíquotas de PIS e COFINS sobre biológicos. A administração acredita que as normas infralegais sobre o tema são inconsistentes com a intenção dos legisladores e os assessores legais externos classificaram a probabilidade de perda como possível para o caso, o montante envolvido é de R\$ 3.000. A Administração entende não ser necessária a constituição de provisão. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevisíveis em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhistas ou civis que, no presente momento, não são conhecidas pela diretoria da Companhia. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais e da Diretoria da Companhia, todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não são conhecidas ações de vulto formalizadas contra a Companhia que impliquem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas. **19 Partes relacionadas - (a) Saldos patrimoniais**

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes	-	-
Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i)	-	14.049
Biotrop Participações S.A.	-	541
Agro Bio Argentina S.A.U.	3.742	-
	<b>3.742</b>	<b>14.590</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Partes relacionadas		
Mútuos: Biotrop Soluções Biológicas Ltda. (i)	-	81.540
Mútuos: Biotrop Participações S.A.	4.400	-
	<b>4.400</b>	<b>81.540</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Partes relacionadas		
Dividendos a pagar (i)	501	20.487
	<b>501</b>	<b>20.487</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Partes relacionadas		
Mútuos: Biotrop Participações S.A. (ii)	10.300	-
	<b>10.300</b>	-

(i) Os R\$ 20.487 correspondiam a saldos junto a sua então controladora Biotrop, os quais foram compensados em sua totalidade quando da incorporação reversa integral do patrimônio da sua controladora, conforme mencionado na Nota 1.1. (ii) Referia-se a mútuo contraído da holding do Grupo, Biotrop S.A., sujeito a remuneração de 1% ao mês e com vencimento em 48 meses da data de assinatura do contrato, e sem incidência de encargos ou previsão de vencimento para esses empréstimos. **(b) Transações**

	2022	2021
<b>Compra de produtos</b>		
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.	427	263
<b>Receita líquida de vendas</b>		
Vendas de produtos		
Agro Bio Argentina S.A.U.	3.944	-
<b>Custo das vendas</b>		
Vendas de produtos		
Agro Bio Argentina S.A.U.	(621)	-
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Receita com serviços compartilhados		
Biotrop Participações S.A.	-	541
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.	-	284
Despesas com serviços compartilhados		
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.	-	(3.083)
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras sobre mútuos		
Biotrop Soluções Biológicas Ltda.	-	2.094
Despesas financeiras sobre empréstimos		
Biotrop Participações S.A.	(1.400)	-
<b>Total</b>	<b>2.350</b>	<b>99</b>

**19.1 Partes relacionadas - empresas do mesmo grupo econômico com controle pelo Fundo Aqua Capital**

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber de clientes		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	17.516	14.162
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	11.172	7.861
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	1.161	1.115
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	4.456	2.703
VETBR Saude Animal Ltda	-	194
AGROCAT Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	10.096	-
Boa Vista Comércio de Produtos Agroprecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	5.637	-
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	1.532	-
<b>Total de partes relacionadas do mesmo grupo econômico</b>	<b>51.570</b>	<b>26.035</b>
<b>Transações</b>		
<b>Receita líquida de vendas</b>		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	30.120	13.857
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	19.135	10.327
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	3.257	692
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	5.050	2.440
VETBR Saude Animal Ltda	41	269
AGROCAT Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	13.546	435
Boa Vista Comércio de Produtos Agroprecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	5.896	16
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	2.195	364
<b>Total</b>	<b>79.240</b>	<b>28.310</b>
<b>Custo das vendas</b>		
Rural Brasil (Grupo Agrogalaxy)	(6.287)	(2.802)
Bussadori Garcia & Silva Ltda (Grupo Agrogalaxy)	(2.117)	(1.303)
Agro Ferrari (Grupo Agrogalaxy)	(441)	(197)
Grão de Ouro Agronegócios (Grupo Agrogalaxy)	(869)	(382)
VETBR Saude Animal Ltda	(7)	(66)
AGROCAT Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda (Grupo Agrogalaxy)	(1.784)	(129)
Boa Vista Comércio de Produtos Agroprecuários Ltda (Grupo Agrogalaxy)	(712)	(1)
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S/A (Grupo Agrogalaxy)	(316)	(59)
<b>Total</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(4.939)</b>

**19.2 Remuneração do pessoal chave da diretoria** - O pessoal-chave da diretoria inclui os membros da diretoria executiva. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração paga foi de R\$ 5.697 (2021 - R\$ 2.307). **20 Patrimônio líquido**

**20.1 Capital social** - Em 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a redução do capital social da Companhia em R\$ 15.674 (veja Nota 1.1), mediante extinção de 1.972.894 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Após este ato, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser de R\$ 5.030 (R\$ 20.704, em 31 de dezembro de 2021), dividido em (i) 14.760.737 ações ordinárias (19.733.631 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2021), nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10.000 ações preferenciais de classe "A" (10.000 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), nominati-

vas e sem valor nominal. As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido e cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. As ações preferenciais de classe "A" não têm direito a voto. **20.2 Reserva de capital** - Representada por ação na subscrição das ações, no âmbito do aumento de capital ocorrido em 22 de novembro de 2018, conforme faculta a alínea "a" do parágrafo 1º da Lei 6.404/76. **20.3 Dividendos** - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito à distribuição de dividendo mínimos obrigatórios, em cada exercício social, de 5% do lucro líquido realizado, após deduzido a quota destinada a constituição da reserva legal. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia ou das deliberações formais dos acionistas. **20.4 Reserva de lucros - (a) Reserva legal** - A reserva legal é constituída anualmente mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder 20% do capital social da Companhia ou 30% em conjunto com a reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(b) Reserva de incentivos fiscais** - A Companhia possui benefício por meio do Convênio 100/1997 e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) do estado do Paraná, que concede as empresas do ramo agropecuário o diferimento desse imposto nas operações com determinados produtos/insumos dentro do estado do Paraná e, em operações fora do estado, a redução da base de cálculo do ICMS, reduzindo a carga fiscal efetiva sobre esses determinados produtos comercializados pela Companhia em 30% ou 60%. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas Líquidas de vendas" (Nota 22), em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. **(c) Reservas estatutárias** - As reservas estatutárias, quando aplicável, serão constituídas mediante a transferência de saldos de lucros acumulados remanescentes após a destinação da reserva legal, dos dividendos mínimos e de outras distribuições de lucros, limitada, em conjunto com valor da reserva legal, ao montante do capital social. O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva para orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, e/ou para investimentos, com a utilização de até 5% do lucro líquido do exercício, após as destinações supracitadas. **(d) Reserva de lucros retidos** - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", até que haja a deliberação dos acionistas. **20.5 Opções de pagamento baseado em ações** - Em 1 de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Biotrop Participações S.A. (Biotrop S.A.), o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que permite que a Biotrop S.A. outorgue opções de compra de suas ações a administradores, empregados e prestadores de serviço da Biotrop S.A., selecionados pelo Conselho de Administração, conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Biotrop S.A. mediante cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia; (ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviço com os interesses da Companhia; e, (iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia. As opções do plano de emissão pela Biotrop S.A., confere aos seus beneficiários o direito de aquisição de ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo não cumulativo em valor pré-determinado, se apurado lucro contábil. As opções são divididas em lotes e o exercício das opções está condicionado à manutenção da relação jurídica e/ou vínculo entre o beneficiário e a Companhia na totalidade do prazo de carência indicado em cada lote, conforme estabelecido no contrato de outorga de cada beneficiário. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui assinados 6 contratos de outorga de opções que contemplam o direito de compra de 1.049.339 ações, por meio de contratos individuais da Biotrop S.A. e os colaboradores do Grupo, sendo o valor desse instrumento patrimonial de R\$ 1.659, advindos da incorporação da Biotrop Soluções Biológicas Ltda. Adicionalmente, a Companhia possui outros contratos de outorga de opções que contemplam o direito de compra de ações, por meio de contratos individuais da Companhia e seus colaboradores, sendo o valor desse instrumento patrimonial de R\$ 1.131. **21 Lucro por ação** - O lucro básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações "ordinárias" que possui, e o lucro diluído é calculado pela divisão do lucro líquido pela quantidade de ações em circulação, conforme definição do CPC 41 - Resultado por Ação, em circulação durante o período.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	30.939	29.189
Média ponderada do número de ações no exercício	14.771	19.744
Lucro básico e diluído por ação	2.09	1.48

**22 Receita líquida de vendas**

	2022	2021
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno	353.636	164.873
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo	12.225	8.268
(+) Subvenção de impostos estaduais (i)	19.367	11.626
(-) Tributos sobre vendas	(33.397)	(16.931)
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	(24.335)	(4.990)
(-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)	(50.800)	(23.210)
	<b>276.696</b>	<b>139.636</b>

(i) Companhia possui benefício por meio do Convênio 100/97 e Convênio 26/2021, e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) dos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso. O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas Líquidas de vendas", em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. (ii) A diretoria entende que os esforços direcionados a programas de *marketing* e rebates promovidos pela Companhia devem compor como abatimentos sobre vendas, e portanto, redutoras das receitas de vendas. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de programas de *marketing* e rebates foram reclassificados de despesa com vendas para cancelamentos e devoluções para adequar a apresentação dos saldos. **23 Custos das vendas**

	2022	2021
Matérias-primas e materiais de consumo	(57.603)	(25.648)
Mão-de-obra direta	(16.389)	(10.505)
Fretes e carretos sobre vendas	(7.280)	(3.389)
Depreciação e amortização	(1.603)	(217)
Ociosidade de produção	-	(1.332)
Ajuste de materiais em trânsito ( <i>cut off</i> )	(1)	58
	<b>(82.876)</b>	<b>(41.033)</b>

**24 Despesas por natureza** - A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza e finalidade, conforme requerido pelas práticas contábeis, é como segue: **24.1 Despesas com vendas**

	2022	2021
Salários e encargos	(44.988)	(19.668)
Provisão para descontos (campanhas de marketing)	(63)	(1.664)
Serviços de terceiros (PJ)	(2.103)	(628)
Direitos de uso (royalties)	(131)	(1.467)
Provisão para devedores duvidosos	(113)	(825)
Depreciações e amortizações	(179)	(238)
Amortização de IFRS 16	(1.343)	(485)
Despesas com veículos	(8.307)	(3.447)
Outras despesas com vendas	(1.997)	(1.701)
	<b>(59.224)</b>	<b>(30.123)</b>

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Transações com partes relacionadas** - Chamamos atenção para as Notas 19 e 19.1 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria** - Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Teste de recuperabilidade do ágio** - Conforme descrito nas Notas 4.5, 4.7 e 11 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta ágio registrado no ativo intangível, decorrente de combinação de negócios, no montante de R\$ 52.477 mil. O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio está alocado é testado anualmente pela diretoria. A diretoria determinou o valor recuperável da UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo dos caixa descontado. Este

**24.2 Despesas gerais e administrativas**

	2022	2021
Salários e encargos	(37.195)	(14.606)
Serviços de terceiros (PJ)	(11.014)	(6.413)
Utilidades e serviços	(3.995)	(860)
Despesas com veículos	(1.274)	(952)
Depreciações e amortizações	(6.868)	(1.987)
Amortização IFRS 16	(592)	(916)
Doações, brindes e bonificações	(378)	(194)
Outras despesas gerais e administrativas	(4.628)	(194)
	<b>(65.944)</b>	<b>(25.977)</b>

**25 Resultado financeiro**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	14.836	2.483
Rendimentos de aplicações financeiras	3.647	394
Descontos obtidos	107	11
Juros recebidos	187	48
Variação cambial (ativa)	(218)	856
Variação monetária	-	2.094
Outras receitas financeiras	92	58
Total das receitas financeiras	<b>18.651</b>	<b>5.944</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Comissões e despesas bancárias	(2.763)	(503)
Descontos concedidos	(2.210)	(1.024)
Juros pagos ou incorridos	(48.252)	(9.081)
Debêntures	(6.824)	-
Variação cambial (passiva)	(693)	(169)
IOF	11	(1.621)
Total das despesas financeiras	<b>(60.731)</b>	<b>(12.398)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(42.080)</b>	<b>(6.454)</b>

**26 Despesa de imposto de renda e contribuição social**

	2022	2021
<b>Imposto de renda</b>		
Contribuição social	26.901	26.901
Imposto de renda	36.183	36.183
Alíquota máxima	25%	9%
	(6.725)	(2.421)

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Alíquota máxima	26.901	26.901	36.183	36.183
	25%	9%	25%	9%
	(6.725)	(2.421)	(9.046)	(3.256)

Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:

• Despesas indedutíveis e outras, líquidas	711	416	432	154
• Subvenção governamental - ICMS	4.842	1.583	2.907	1.046
• Inovação tecnológica - "Lei do bem"	4.113	1.481	548	197

Efeito da diferença do adicional de alíquota

	28	10	24	-
<b>Tributos no resultado</b>	<b>2.969</b>	<b>1.069</b>	<b>(5.135)</b>	<b>(1.859)</b>

Alíquota efetiva

	11%	4%	-14%	-5%
--	-----	----	------	-----

**27 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela Gerência e diretoria da Companhia, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e diretoria da Companhia, sendo que a Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a sociedade contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros.

	2022	2021
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	89.676	37.187
Contas a receber de clientes e outros créditos	194.684	124.260
Partes relacionadas	4.400	81.540
Ativos ao custo amortizado	288.760	242.987
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e outras contas a pagar	18.143	5.561
Passivo de arrendamento	3.901	7.157
Empréstimos e financiamentos	332.085	170.665
Partes relacionadas	10.301	-
Dividendos a pagar	501	20.487
Passivo ao custo amortizado	364.930	203.870

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras; **Contas a receber de clientes/Contas a pagar a fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; **Partes relacionadas** - Decorrem diretamente das operações entre empresas do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; **Empréstimos e financiamentos** - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais; Outras contas a receber e outras contas a pagar - Saldos decorrentes de outras transações; **Passivo de arrendamentos** - Saldos decorrentes de transações de arrendamentos com terceiros. **27.1 Gerenciamento de risco financeiro** - Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade da área de Tesouraria. Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria especifica e atua de forma a zerar possíveis impactos no resultado da Companhia. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as *commodities* são considerados a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativas futuras de preços, o que determinará possíveis posições compradas. A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; e, Risco de mercado. Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco da contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. Quanto às obrigações junto a instituições financeiras, a Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos com saldos devedores significativamente superior aos em conta corrente ou em aplicações financeiras. A diretoria considera que a concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes junto aos produtores rurais. A Companhia avalia o crédito do cliente considerando o histórico de bom relacionamento, indicadores de liquidez, bem como a capacidade de pagamento à Companhia, somada a solicitação de garantias. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	89.676	37.187
Contas a receber de clientes e outros créditos	194.684	124.260
Ativos ao custo amortizado	284.360	161.447

**(b) Risco de liquidez** - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado

(continuação)  
 cismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles in-

ternos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram consi-

derados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 6 de abril de 2023  
 PricewaterhouseCoopers Rodrigo de Camargo  
 Auditores Independentes Ltda. Contador CRC 1SP219767/O-1  
 CRC 2SP000160/O-5

## Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF N.º 07.483.401.0001-99  
 Aviso aos Debenturistas.

A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") informa aos titulares das debêntures emitidas pela Companhia nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em com garantia real, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e do instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, que, a partir do ano de 2023, as publicações das suas demonstrações financeiras, exigidas pela Lei 6.404/76, serão veiculadas exclusivamente pelos Jornais Tribuna do Paraná e Diário Oficial Paraná, conforme previsão das referidas escrituras

## BUSCHLE - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A

CNPJ - 84.684.497/0001-02

Balanco Patrimonial - Encerrado Em 31/12/2022 (Em milhares de reais)	Demonstração do Resultado (em milhares de Reais)	DIRETORIA
ATIVO CIRCULANTE 4.745	Lucro Líquido 29.910	Claudio Anibal Buschle Cristala Athanázio Buschle
NÃO CIRCULANTE 180.705	As Demonstrações Financeiras são auditadas por Muller & Prei Auditores	Marcelo Schroeder Grubba Contador CRC (SC) 36.264/O-4
TOTAL DO ATIVO 185.450	Independentes S/S - CRCPR 6472/O-1 e encontram-se disponíveis aos Acionistas na sede social da Companhia.	
PASSIVO CIRCULANTE 4.151		
NÃO CIRCULANTE 3.341		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO 177.958		
TOTAL DO PASSIVO 185.450		

## Autopista Litoral Sul S.A.

CNPJ/ME nº 09.313.969/0001-97 – NIRE 41.300.308.730 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 13h30 horas, na sede social da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia") localizada no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condomínio Portal do Porto, Bairro Roseira. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reeleger para o cargo de (i) **Diretor Executivo de Operações**, o Sr. **Andre Giavina Bianchi**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) **Diretor de Operações**, o Sr. **Antonio Cesar Ribas Sass**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PR), inscrito no CPF/ME sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condomínio Portal do Porto, Bairro Roseira; (iii) **Diretor de Assuntos Regulatórios**, a Sra. **Giane Luza Zimmer Freitas**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3 e inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (iv) **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, a Sra. **Simone Aparecida Borsato**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 20.218.403-1, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.031.948/79, residente e domiciliada no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (v) **Diretor de Manutenção**, o Sr. **Luiz Marcelo de Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade CREA/PE nº 36051, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.868.284-94, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. 5.2. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia, Sr. Roberto Paolini e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. São José dos Pinhais, 31 de março de 2023. "Confere com a original lavrada em livro próprio" Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro em 12/04/2023, 14:21 horas, sob nº 20232434158. Protocolo: 232434158 de 10/04/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia – Secretário Geral.

## Autopista Planalto Sul S.A.

CNPJ/ME nº 09.325.109/0001-73 – NIRE 41.300.074.623 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2023

1. **Data, Hora e Local:** Aos trinta e um dias do mês de março de 2023, às 14:00 horas, no Município de Rio Negro, Estado do Paraná, na Praça de Pedágio BR 116, km 204, s/n, térreo da Praça de Pedágio, Bairro Roseira, CEP 83880-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Artigo 11 do Estatuto Social da Autopista Planalto Sul S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sra. Simone Aparecida Borsato; Secretária: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: 5.1. Reeleger para o cargo de (i) **Diretor Executivo de Operações**, o Sr. **Andre Giavina Bianchi**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade RG nº 18.615.222-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 151.245.968-21, residente e domiciliado no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; (ii) **Diretor de Operações**, o Sr. **Antonio Cesar Ribas Sass**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 5.617.960-7 (SSP-PR), inscrito no CPF/ME sob o nº 822.843.349-20, residente e domiciliado no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço comercial no município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Rua Francisco Muñoz Madrid, nº 625, módulos 402.2 e 403, Bloco 4, Condomínio Portal do Porto, Bairro Roseira; (iii) **Diretor de Assuntos Regulatórios**, a Sra. **Giane Luza Zimmer Freitas**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 34.147.024-3, inscrita no CPF/ME sob o nº 000.925.867-16, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (iv) **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**, a Sra. **Simone Aparecida Borsato**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 20.218.403-1, inscrita no CPF/ME sob o nº 111.031.948/79, residente e domiciliada no município e estado de São Paulo, com endereço comercial no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510, 12º andar, Vila Nova Conceição; e (v) **Diretor de Manutenção**, o Sr. **Luiz Marcelo de Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade CREA/PE nº 36051, inscrito no CPF/ME sob o nº 024.868.284-94, residente no município e estado de São Paulo, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, para cumprir mandato de 2 (dois) anos, devendo permanecer em seus cargos até a Reunião do Conselho de Administração que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia. 5.2. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sra. Simone Aparecida Borsato e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Conselheiros: Sr. Sergio Moniz Barretto Garcia, Roberto Paolini e Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Rio Negro, 31 de março de 2023. "Confere com a original lavrada em livro próprio" Flávia Lúcia Mattioli Tâmega – Secretária. Junta Comercial do Estado do Paraná. Certifico o registro em 12/04/2023, 13:15 horas, sob nº 20232434700. Protocolo: 232434700 de 10/04/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia – Secretário Geral.



Anuncie suas  
 atas e editais  
 aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRI  
 BU  
 NA

TRI  
 BU  
 NA

QUER  
 ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO  
 IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731  
 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte  
 da edição 100% digital  
 produzida pelo jornal  
 Tribuna do Paraná

## JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - CNPJ nº 77.591.402/0001-32

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2022

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31.12.2022					
Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021					Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021					
ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>837.336.289,84</b>	<b>842.132.134,93</b>	<b>1.309.138.033,14</b>	<b>743.235.889,71</b>	<b>467.062.432,49</b>	<b>391.091.675,03</b>	<b>582.006.802,46</b>	<b>494.155.634,19</b>	
DISPONIBILIDADES CAIXA		7.746.756,88	13.301.455,86	26.992.684,97	25.108.894,77	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74	
BANCOS CONTA MOVIMENTO		2.355.092,05	950.325,04	11.625.121,62	8.705.777,90	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		162.794,62	6.119.425,76	3.374.636,61	7.405.544,93	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64	
CRÉDITOS DE FUNCIONAMENTO		5.228.870,21	6.231.705,06	11.992.926,74	8.997.571,94	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64	
PROMITENTES COMP. DE IMÓVEIS		87.987.776,33	65.902.710,56	447.641.911,03	225.953.105,76	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81	
FATURAS A RECEBER		102.033.631,35	100.400.044,76	105.122.168,68	103.776.663,76	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81	
ADIANTAMENTO A FORNECEDOR		418.938,29	375.366,61	612.223,08	454.138,39	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81	
CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS		-	-	19.786,15	-					
IMPOSTOS A RECUPERAR		14.250.275,61	15.542.943,55	14.332.592,89	15.766.419,90					
CRÉDITOS DIVERSOS	Nota 4	334.626.887,61	372.696.784,71	345.950.449,72	69.092.467,39					
CONSORCIO EM ANDAMENTO		1.246.211,63	712.258,46	1.246.211,63	712.258,46					
<b>ESTOQUES</b>		<b>287.547.848,54</b>	<b>270.899.251,54</b>	<b>365.387.450,90</b>	<b>300.062.735,06</b>					
TERRENOS E IMÓVEIS A COMERCIALIZAR		260.868.017,54	246.536.006,05	224.952.507,48	203.151.932,67					
IMÓVEIS USADOS		10.810.362,55	11.415.441,63	17.965.858,90	18.590.511,21					
ADQUIRIDOS TERCEIROS		424.396,57	1.020.724,78	11.783.704,13	13.683.720,62					
IMÓVEIS CONCLUÍDOS		14.198.869,44	10.680.876,64	109.439.177,95	63.390.368,12					
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO		1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44	1.246.202,44					
LOTEAMENTOS - CONCLUÍDOS										
<b>DESPESAS APROPRIADAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE</b>		<b>1.477.963,60</b>	<b>2.301.318,88</b>	<b>1.832.554,10</b>	<b>2.309.206,22</b>					
DESPESAS APROPRIADAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE		1.477.963,60	2.301.318,88	1.832.554,10	2.309.206,22					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>93.502.146,68</b>	<b>94.195.618,80</b>	<b>35.409.592,97</b>	<b>43.046.211,72</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>93.258.202,90</b>	<b>93.132.095,38</b>	<b>35.048.617,49</b>	<b>41.962.688,30</b>					
ADIANTAMENTO P/ AUMENTO DE CAPITAL	Nota 5	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71					
OUTROS DÉBITOS	Nota 6	92.913.763,19	92.787.655,67	34.704.177,78	41.618.248,59					
<b>DEPÓSITOS E CAUÇÕES</b>		<b>243.943,78</b>	<b>1.063.523,42</b>	<b>360.975,48</b>	<b>1.083.523,42</b>					
DEPÓSITOS E CAUÇÕES		243.943,78	1.063.523,42	360.975,48	1.083.523,42					
<b>INVESTIMENTO</b>		<b>254.579.688,50</b>	<b>213.492.385,50</b>	<b>298.333.277,00</b>	<b>266.482.582,64</b>					
<b>INVESTIMENTO</b>		<b>180.781.124,65</b>	<b>144.714.342,96</b>	<b>132.367.509,62</b>	<b>110.390.812,71</b>					
QUOTAS DE CAPITAL		325.966,29	280.275,09	325.966,29	280.275,09					
QUOTAS DE CONSÓRCIO		180.455.158,36	144.434.067,87	132.041.543,33	109.618.559,87					
		-	-	-	491.977,75					
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>73.379.255,91</b>	<b>68.144.970,92</b>	<b>165.275.593,23</b>	<b>155.437.014,88</b>					
IMÓVEIS		319.026,58	319.026,58	95.804.392,14	89.859.379,52					
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE OBRAS		37.470.051,42	29.183.571,42	38.831.259,65	30.809.927,82					
VEÍCULOS		25.489.888,43	27.752.926,69	25.609.038,43	27.780.576,69					
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		177.594,96	388.278,35	2.833.068,42	2.413.890,58					
TELEFONE		-	-	-	20.832,97					
SEDE ADMINISTRATIVA		25.258.114,61	25.258.114,61	25.258.114,61	25.258.114,61					
EQUIPAMENTOS C.P.D.		792.119,43	1.217.191,13	825.552,44	1.354.750,19					
PROGRAMAS DE COMPUTADOR		-	-	-	-					
DEPRECIACÃO		(16.127.539,52)	(15.974.137,86)	(23.885.832,46)	(22.060.457,50)					
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA										
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>419.307,94</b>	<b>633.071,62</b>	<b>690.174,15</b>	<b>654.755,05</b>					
DIREITOS, MARCAS e PATENTES		1.071.723,22	1.071.723,22	1.369.169,16	1.116.378,38					
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		(652.415,28)	(438.651,60)	(678.995,01)	(461.623,33)					
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>1.185.418.125,02</b>	<b>1.149.820.139,23</b>	<b>1.642.880.903,11</b>	<b>1.052.764.684,07</b>					

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2022					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31.12.2022					
Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021					Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021					
PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Método Indireto	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>364.480.198,36</b>	<b>250.377.782,02</b>	<b>693.268.870,87</b>	<b>361.727.164,19</b>	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
FORNECEDORES		21.849.808,18	16.613.504,73	31.292.651,65	21.649.136,27	Lucro Líquido do Exercício	30.895.876,89	35.781.605,26	72.567.762,53	64.840.561,34
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		155.528.676,22	95.889.318,30	156.001.132,50	96.416.893,38	<b>Ajuste por:</b>				
CAPITAL DE GIRO		150.243.572,26	92.218.677,37	150.243.572,26	92.218.677,37	Depreciação	5.329.272,39	4.651.442,61	7.372.019,03	6.529.783,66
OUTROS DÉBITOS		-	-	-	-	<b>Varição dos Ativos e Passivos</b>				
FINANCIAMENTO IMOBILIZADO		5.285.103,96	3.670.640,93	5.757.560,24	4.198.216,01	Aumento em Contas a Receber	15.066.387,83	(144.526.145,44)	(499.170.289,52)	(83.439.019,43)
OBRIGAÇÕES FISCAIS		1.939.170,48	2.290.260,64	4.009.100,43	3.854.271,75	Redução Estoques de Imóveis	(16.648.597,00)	(6.590.088,74)	(65.324.715,84)	(13.181.985,06)
IMPOSTOS A PAGAR		1.939.170,48	2.290.260,64	4.009.100,43	3.854.271,75	Redução em Despesas Antecipadas	823.355,28	(247.994,39)	476.652,12	1.243.988,59
OBRIGAÇÕES PREVIDÊNCIAS E SOCIAIS		8.001.479,09	8.010.777,53	9.668.665,82	9.107.598,50	Aumento em Fornecedores	5.236.303,45	4.075.653,25	9.643.515,38	5.277.316,37
OBRIGAÇÕES		677.235,66	539.536,70	1.433.513,62	1.447.278,67	Aumento/Redução em Empréstimos e Financiamentos	59.639.357,92	37.384.973,37	59.584.239,12	36.157.138,32
SALÁRIOS A PAGAR		2.812.528,19	2.959.525,59	3.723.436,96	3.148.604,59	Aumento em Obrigações Fiscais	(351.090,16)	1.157.538,14	154.828,68	1.489.897,32
PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO		4.511.715,24	4.511.715,24	4.511.715,24	4.511.715,24	Redução em Obrigações Sociais	(9.298,44)	954.269,42	561.067,32	1.157.532,83
OUTRAS OBRIGAÇÕES		177.161.064,39	127.573.920,82	492.297.320,48	230.699.264,29	Aumento em Outras Obrigações	49.587.143,57	26.441.235,13	261.598.056,19	118.723.469,82
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	Nota 7	85.748.527,49	61.309.325,97	438.953.592,00	187.699.673,78	Aumento/Redução em depósitos e cauções	819.579,64	(741.462,38)	722.547,94	(743.744,42)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	Nota 8	76.814.664,53	51.306.214,36	35.780.856,58	24.928.971,14	<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>150.388.291,37</b>	<b>(41.658.973,77)</b>	<b>(151.814.317,05)</b>	<b>138.054.939,34</b>
CHEQUES A COMPENSAR		-	1.492,59	-	-	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
OUTROS DÉBITOS	Nota 9	13.403.971,65	14.572.205,60	16.118.579,68	17.349.238,72	Aumento em imobilizado	(10.349.793,70)	(7.277.058,73)	(17.210.597,37)	(9.294.034,78)
PROVISÕES TRABALHISTAS		1.193.900,72	384.682,30	1.444.292,22	721.380,65	Aumento em Intangível	-	-	(35.419,10)	(5.837,00)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>408.447.722,00</b>	<b>487.799.300,84</b>	<b>449.418.782,77</b>	<b>221.517.334,14</b>	Redução/Aumento em Investimentos	(36.421.781,69)	(21.655.007,65)	(21.976.696,91)	(22.216.914,95)
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.859.374,36</b>	<b>7.371.089,60</b>	<b>2.859.374,36</b>	<b>7.371.089,60</b>	<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(46.771.575,39)</b>	<b>(28.932.066,38)</b>	<b>(39.222.713,38)</b>	<b>(31.516.786,73)</b>
DÉBITOS CONSOLIDADOS	Nota 10	2.859.374,36	7.371.089,60	2.859.374,36	7.371.089,60	<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
OUTRAS CONTAS		217.525.606,71	307.016.935,64	217.525.606,71	301.728,35	Aumento/Redução adiantamento para aumento de capital	(126.107,52)	(309.297,95)	6.914.070,81	(5.815.495,60)
SÓCIOS / DIRETORES		-	-	-	-	Aumento/Redução em obrigações junto a Consorciados	(94.003.044,17)	75.192.486,88	212.712.163,12	(1.431.103,67)
OUTROS DÉBITOS		-	-	-	-	Aumento em outras obrigações em longo prazo	-	-	-	(93.495.127,28)
CONSORCIADAS	Nota 11	217.525.606,71	307.016.935,64	217.525.606,71	301.728,35	Aumento em Empréstimos e Financiamentos em longo prazo	14.651.465,33	6.025.008,28	15.189.285,51	19.563.642,99
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		-	-	-	-	Redução/Aumento no Patrimônio Líquido	(29.693.728,60)	(10.273.925,92)	(41.894.698,80)	(22.680.770,80)
P/ VENDA IMÓVEIS	Nota 12	-	-	-	-	<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>109.171.414,96</b>	<b>70.634.271,29</b>	<b>192.920.820,64</b>	<b>(103.858.854,36)</b>
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		188.062.740,93	173.411.275,60	229.033.801,70	213.844.516,19	Aumento/Redução das Disponibilidades (1+2+3)	(5.554.698,98)	43.231,14	1.883.790,20	2.679.298,25
CAPITAL DE GIRO		179.398.095,21	167.803.728,93	179.398.095,21	167.803.728,93	<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>(5.554.698,98)</b>	<b>43.231,14</b>	<b>1.883.790,20</b>	<b>2.679.298,25</b>
FINANCIAMENTOS DE CONSTRUÇÃO		-	-	40.680.546,71	39.602.699,82	Saldo Inicial De Caixa e Equivalentes	13.301.455,86	13.258.224,72	25.108.894,77	22.429.596,52
FINANCIAMENTO IMOBILIZADO		8.664.645,72	5.607.546,67	8.955.159,78	6.438.087,44	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.746.756,88	13.301.455,86	26.992.684,97	

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31.12.2022**

Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>1. RECEITAS</b>	<b>782.028.255,17</b>	<b>691.737.365,82</b>	<b>625.540.889,47</b>	<b>534.014.914,62</b>
1.1 Receita de Vendas	18.900.466,73	32.915.404,61	87.320.710,13	97.526.486,74
1.2 Receita de Aluguéis	7.455.091,31	7.087.682,28	25.267.818,98	21.136.705,64
1.3 Receita de Serviços	440.706.874,45	351.088.588,14	469.418.273,35	375.492.441,81
1.4 Receita Não Operacional	317.126.960,64	301.691.235,69	47.788.545,91	39.859.280,43
1.5 Deduções	(2.161.137,96)	(1.045.544,90)	(4.254.458,90)	-
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(531.250.245,95)</b>	<b>(493.418.219,56)</b>	<b>(429.739.881,94)</b>	<b>(314.065.016,15)</b>
2.1 Custos de Vendas	(10.692.814,56)	(8.768.079,24)	(9.666.162,31)	(6.560.361,33)
2.2 Custos de Obras	(150.835.373,84)	(177.911.372,66)	(51.248.524,12)	(6.627.764,13)
2.3 Custos de Serviços	(331.236.322,32)	(279.898.634,30)	(334.988.865,25)	(287.416.087,08)
2.4 Custos Administrativo	(18.867.959,55)	(11.107.507,07)	-	-
2.5 Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais	(19.617.775,68)	(15.732.626,29)	(33.836.330,26)	(13.460.803,61)
<b>3. RETENÇÕES</b>	<b>(5.329.272,39)</b>	<b>(4.675.512,22)</b>	<b>(3.286.525,75)</b>	<b>(5.109.883,31)</b>
3.1 Depreciação e Amortização	(5.329.272,39)	(4.675.512,22)	(3.286.525,75)	(5.109.883,31)
<b>4. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO P/ ENTIDADE</b>	<b>245.448.736,83</b>	<b>193.643.634,04</b>	<b>192.514.481,78</b>	<b>214.840.015,16</b>
5.1 Receitas Financeiras	2.364.657,00	204.479,19	3.804.856,80	1.139.087,95
<b>5. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANFERÊNCIA</b>	<b>2.364.657,00</b>	<b>204.479,19</b>	<b>3.804.856,80</b>	<b>1.503.381,43</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>247.813.393,83</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>196.319.338,58</b>	<b>216.343.396,59</b>
<b>7. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>247.813.393,83</b>	<b>193.848.113,23</b>	<b>196.319.338,58</b>	<b>216.343.396,59</b>
7.1 Pessoal e Encargos	131.831.279,28	107.137.299,02	28.735.920,96	81.199.744,18
7.2 Impostos, Taxas e Contribuições	25.091.874,59	23.277.730,42	32.997.791,76	40.460.884,39
7.3 Despesas Financeiras e Aluguéis	59.994.363,07	27.651.478,53	62.017.863,33	29.842.206,68
7.4 Lucro ou Prejuízo do Exercício	30.895.876,89	35.781.605,26	72.567.762,53	64.840.561,34

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2022**

Período 01.01.2022 a 31.12.2022 e 2021

DMPL	Capital Social		Lucros Acumulados Resultado Acumulado	Reservas de Capital		Total
	Integralizado	(-) A Integralizar		Reserva Correção Monetária	Ajuste Avaliação Patrimonial	
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>91.282.446,87</b>	<b>(367.643,31)</b>	<b>198.136.040,95</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>135.962.726,79</b>	<b>427.360.395,20</b>
Integralização de Capital	226.770,00	16.300,00				243.070,00
Baixa de Aj. Aval.Patrimonial			(31.299,99)			(31.299,99)
Distribuição de Lucros			(13.258.684,53)		(1.097.200,35)	(14.355.884,88)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(8.536.655,93)			(8.536.655,93)
Lucro Líquido do Exercício			64.840.561,34	-		64.840.561,34
<b>Saldo em 31.12.2021</b>	<b>91.509.216,87</b>	<b>(351.343,31)</b>	<b>241.149.961,84</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>134.865.526,44</b>	<b>469.520.185,74</b>
Integralização de Capital	7.976.319,74	(9.059.511,31)				(1.083.191,57)
Baixa de Aj. Aval.Patrimonial			(2.904.045,88)		(1.204.993,45)	(4.109.039,33)
Distribuição de Lucros			(8.600.566,90)			(8.600.566,90)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(28.101.901,00)			(28.101.901,00)
Lucro Líquido do Exercício			72.567.762,53	-		72.567.762,53
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>99.485.536,61</b>	<b>(9.410.854,62)</b>	<b>274.111.210,59</b>	<b>2.346.823,90</b>	<b>133.660.532,99</b>	<b>500.193.249,47</b>

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS**

**NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

Em 01 de março de 2013 a Administração da controladora realizou Assembleia visando a Constituição de Sociedade Anônima por transformação de Sociedade Limitada. A ata correspondente foi registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 41300086885 em 22/03/2013. A partir de então passou a usar o nome comercial de **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A**.

**CONTEXTO OPERACIONAL**

A **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A** é uma Companhia fechada e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 77.591.402/0001-32, com sede em Curitiba (PR), na Rua Coronel Pedro Scherer Sobrinho, nº 222, bairro Cristo Rei - CEP 80.050-470.

A **JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A** tem por objeto social a atividade da construção civil, serviços de engenharia civil, elétrica, e mecânica, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção, compra e venda de imóveis, administração e locação de bens de terceiros e shopping centers, importação e exportação, e com finalidade com as disposições estatutárias em seu artigo terceiro.

**DA CONSOLIDAÇÃO**

A consolidação é o processo de agregar saldos de contas e/ou de grupos de contas de mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil e de segregar as participações de não-controladores. ( CPC 36 )

**NOTA 2 –DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:  
 ·As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

·As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Mudanças em Políticas Contábeis**

No processo de convergência ao IFRS conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado.
- b) O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.
- c) A reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e a interrupção da amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida.
- d) A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de estes possam estar desvalorizados.
- e) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.
- f) A avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (deemed cost) e a respectiva revisão da vida útil.

**3.2 Bases de Consolidação e Investimentos em Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida.
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento

com a investida.  
 · tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.  
 Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

**3.3 Participações Relevantes em Controladas**

As informações relativas às empresas nas quais o Grupo possui participações controladoras materiais estão apresentadas a seguir:

Empresa	CNPJ	%
SPLENDORE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	12.196.755/0001-92	99
ABSOLUTE TOCCATA INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA	14.620.730/0001-08	100
GAMA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA	16.928.294/0001-56	100
GENERATION INCORPORACAO	13.083.501/0001-20	99
API SPE08	08.799.578/0001-61	99
IMOBILIARIA JIL	80.800.923/0001-67	100
INFINITY CONTEMPORANEAU	13.031.195/0001-89	99
FELIX ADMINISTRAÇÃO DE BENS	08.380.802/0001-86	99,14
REVIVAL PLANEJ DESENV DE EMPREENDIMENTO	13.031.228/0001-90	99
JOTA ELE CONSTRUÇÕES CIVIS S/A - SCP	23.376.813/0001-86	88,06
GE01 EMPREENDIMENTO E INCORPORACAO SPE - LTDA	14.290.521/0001-35	99
FRONTIERE EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA	14.676.036/0001-02	99,98
SUNSET HOME - JOTA ELE 01	34.866.203/0001-87	99
CENTRO MEDICO - JOTA ELE	02.34.974.283/0001-94	80
JOTA ELE 03 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	36.567.314/0001-18	80
JOTA ELE 04 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	37.219.459/0001-90	80
JOTA ELE 05 - EDIFICIO LLEGAT	38.613.481/0001-83	80

JOTA ELE 06 - HIGHLINE	38.778.952/0001-03	80
JOTA ELE MARINA SPE S/A	39.565.810/0001-20	100
JL HANEI 01 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	39.936.605/0001-24	50
RUDBECKIA	10.237.775/0001-39	100
HONFLEUR LA MAISON	40.736.749/0001-16	50
COLINAS GOLF RESIDENCE	42.240.679/0001-36	80
JL BATEL INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA	44.642.659/0001-17	80
JOTA ELE 08 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	47.720.585/0001-88	80
JOTA ELE 09 INCORPORACAO IMOBILIARIA SPE LTDA	48.625.962/0001-62	80
Edifício Privilege	77.591.402.0004-85	100
Edifício Elegance	77.591.402.0007-28	100

**3.4 Ativos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:  
 a) registrados pelo valor justo, e  
 b) empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo:  
 Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Empréstimos e recebíveis  
 Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Reconhecimento e mensuração:  
 As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.  
 Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

**3.5 Contas a Recaber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de Unidades imobiliárias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

**3.6 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso

dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**3.7 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando aplicável.

**3.8 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

**3.9 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

**3.10 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução do bem, podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

**Nota 4 – CRÉDITOS DIVERSOS (ATIVO CIRCULANTE)**

Corresponde a aportes financeiros entre Controladora /Controladas

	2022		2021	
	CONTROLA-DORA	CONSOLIDADO	CONTROLA-DORA	CONSOLIDADO
<b>Créditos Diversos</b>				
Gama Empr. Hoteleiros Ltda	5.480.588,86	6.393.737,35	5.480.588,86	5.480.588,86
<b>Créditos Consorciadas</b>				
Jota Ele /KIIR	3.796.393,94	3.796.393,94	115.769.761,00	21.996.723,94
Jota Ele /SH/ CDG/Exxa	152.186.737,55	152.186.737,55	144.337.840,85	3.935.745,38
Jota Ele Steinge	-	-	51.277.211,92	-
Jota Ele / Planaterra	73.088.325,10	73.088.325,10	19.275.507,24	3.617.237,68
Jota Ele / MBM	100.074.842,16	100.074.842,16	36.555.874,84	30.951.281,56
Ed. Privilege		40.833,33	-	40.833,33
GE01 EMPR. INCORP. SPE LTDA ( c/ Grupo Estrutura)		3.426.166,20	-	3.070.056,64
HONFLEUR LE MAISON		6.943.414,09		
<b>Soma</b>	<b>334.626.887,61</b>	<b>345.950.449,72</b>	<b>372.696.784,71</b>	<b>69.092.467,39</b>

**NOTA 5 – ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL (ATIVO NÃO CIRCULANTE)**

Corresponde a Aportes Financeiros entre Controladora / Controladas

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
GTX Com Loc M.Equiptos Ltda	344.439,71	344.439,71	344.439,71	344.439,71
<b>Soma</b>	<b>344.439,71</b>	<b>344.439,71</b>	<b>344.439,71</b>	<b>344.439,71</b>

**NOTA 6 – OUTROS DÉBITOS (ATIVO NÃO CIRCULANTE)**  
Corresponde a Aportes Financeiros entre Controladora / Controladas para suporte de obra

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
AP - EDIFÍCIO ELEGANCE	6.941.239,61	-	7.129.542,98	-
AP - API SPE08 PLANEJ.DES. IMOB LTDA	-	5.450.728,01	-	5.450.728,01
AP - CONSÓRCIO SIAL	91.571,81	91.571,81	18.580,09	18.580,09
AP - EDIFÍCIO CONTEMPORANEAU	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65	3.806.188,65
AP - SPLENDORE EMPR. IMOB	3.357.996,05	-	4.262.550,36	139.000,00
AP - INFINITY CONTEMPORANEAU	834.734,96	-	797.534,96	-
AP - GAMA EMPR. HOTELEIROS	18.175.069,96	9.476.864,51	26.482.920,69	9.282.176,54
AP - GENERATION INCORPORAÇÃO	480.635,99	-	353.135,99	-
AP - ABSOLUTE TOCCATA	9.680.954,30	-	2.676.112,07	-
AP-FRONTIERE EMPREENDIMENTO	-	-	-	687.828,96
AP - EDIFÍCIO PRIVILEGE	13.675.708,47	-	14.127.056,72	-
AP - JL FELIX ENGENHARIA	66.632,57	66.632,57	66.632,57	66.632,57
AP - GE01 EMPR. E INC SPE LTDA	21.989.851,77	-	11.250.286,82	-
AP - OCEAN TOWER	-	-	426.267,71	426.267,71
AP - JL STEIN-GE	6.194.165,02	6.194.165,02	6.913.666,29	6.913.666,29
AP - MADEZAN-TERRAZZO	-	4.027.739,03	9.914.177,55	9.914.177,55
AP - JOTA ELE 01 - SUNSET	-	-	-	-
AP - REVIVAL PLANEJ DESENV LTDA	-	-	-	-
AP - RUDBECKIA	-	-	247.389,92	247.389,92
AP - JOTA ELE MARINAS SPE S/A	1.707.000,00	8.086,45	383.000,00	383.000,00
AP - JOTA ELE 02	5.479,51	-	2.479,51	2.479,51
AP - JOTA ELE 03	5.500,00	-	3.000,00	3.000,00
AP - JOTA ELE 04	208.000,00	-	206.000,00	206.000,00
AP - JOTA ELE 05	-	-	163.000,00	163.000,00
AP - JOTA ELE 06	-	-	92.000,00	92.000,00
AP - JOTA ELE 07	-	-	-	-
AP - JOTA ELE 08	62.000,00	-	116.132,79	116.132,79
AP - JL HANEI 01	116.132,79	-	350.000,00	700.000,00
LGF INCORPORADORA	2.252.201,73	2.252.201,73	3.000.000,00	3.000.000,00
JOTA ELE IMOBILIÁRIA ADM LTDA	262.700,00	330.000,00	-	-

EXXA CONSTRUTORA LTDA	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-
<b>Soma</b>	<b>92.913.763,19</b>	<b>34.704.177,78</b>	<b>92.787.655,67</b>	<b>41.618.248,59</b>

**NOTA 07 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (PASSIVO CIRCULANTE)**  
Corresponde aos valores a receber das vendas de unidade de incorporação:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO	CONSOLIDADO
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	8.607.269,62	8.607.269,62	2.563.856,58	2.563.856,58
DÉBITOS POR VENDAS CANCELADAS	63.250,00	63.250,00	21.992,44	21.992,44
EDIFÍCIO HERITAGE	19.484.083,12	19.484.083,12	16.655.947,63	16.655.947,63
EDIFÍCIO LE-GACY	57.593.924,75	57.593.924,75	42.067.529,32	42.067.529,32
FELIX ADM BENS	-	7.220,00	-	-
ABSOLUTE TOCCATA	-	137.858,88	-	27.302.221,04
GE01 Empreend. Inc.SPE Ltda	-	22.694.266,60	-	81.099.088,87
JOTA ELE 01 - Sunset Home	-	85.683.412,88	-	-
REVIVAL - ED. URBAN	-	12.079.267,99	-	15.489.877,12
JOTA ELE 07- Colinas	-	310.000,22	-	-
JOTA ELE 05 - Llegat	-	34.298.770,72	-	2.191.698,61
JOTA ELE 06 - Highline	-	46.508.571,40	-	307.462,17
HONFLEUR LA MAISON	-	120.454.331,79	-	-
MADEZAN - Terrazzo	-	31.031.364,03	-	-
<b>Soma</b>	<b>85.748.527,49</b>	<b>438.953.592,00</b>	<b>61.309.325,97</b>	<b>187.699.673,78</b>

**NOTA 08 – OUTRAS OBRIGAÇÕES (PASSIVO CIRCULANTE)**  
Corresponde a aportes financeiros entre Controladora / Controladas para suporte dos custos de obra:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
OBRIGAÇÕES PARA COMPRA DE IMÓVEIS	23.883.531,95	24.383.531,95	10.098.113,03	10.598.113,03
DAP - REVIVAL PLANEJ. E DESENV	6.092.722,02	-	8.314.502,67	-
DAP - FRONTIERE EMPREEND.	3.135.007,88	-	687.828,96	687.828,96
DAP - API SPE 08 PLANEJ.DE-SENV.EMPR. Imob	10.732.306,95	-	11.704.206,95	-
DAP - CONSÓRCIO VITÓRIA	286.977,51	286.977,51	-	-
DAP - FELIX ADM DE BENS	-	-	395.977,51	395.977,51
DAP - IMOBILIÁRIA	-	-	-	-
CDG CONSTRUTORA	172.000,00	172.000,00	764.460,96	764.460,96
DAP - HONFLEUR LA MAISON	3.752.610,08	-	-	433.684,05
DAP - J.CO-MERCIO DE ROUPAS	610.022,46	610.022,46	299.999,98	299.999,98
DAP - INFINITY CONTEMPORANEAU	-	-	-	-
DAP - GAMA EMPR. HOTELEIROS	-	-	172.000,00	172.000,00
DAP - GE01 EMPR. E INC SPE LTDA	-	5.169.709,13	-	-
DAP - ED. ELEGANCE	-	-	-	5.169.709,13
DAP - ABSOLUTE TOCCATA	-	4.286.634,38	-	-
DAP - SPLENDORE	-	-	-	4.970.677,28
DAP - JOTA ELE 05 -Llegat	4.257.919,31	-	-	-
DAP - JOTA ELE 06 - Highline	1.338.169,04	-	212.000,00	-

DAP - JOTA ELE 07	969.040,02	-	-	-
DAP - JOTA ELE 08	-	-	-	-
DAP - SUNSET HOME	17.471.846,93	-	17.594.604,06	4.000,00
DAP - CCDI	-	-	1.062.520,24	1.062.520,24
JOTA ELE IMOB ADM LTDA	-	-	-	370.000,00
DAP - MADEZAN - Terrazzo	3.022.702,03	-	-	-
DAP - JOTA ELE 02	-	-	-	-
DAP - JOTA ELE 03	-	-	-	-
DAP - JOTA ELE 04	-	-	-	-
DAP -JL MARINAS SPE	-	-	-	-
DAP -JL HANEI	-	364.132,79	-	-
DAP - RUDBECKIA	1.089.808,35	507.848,36	-	-
<b>Soma</b>	<b>76.814.664,53</b>	<b>35.780.856,58</b>	<b>51.306.214,36</b>	<b>24.928.971,14</b>

**NOTA 09 – OUTROS DÉBITOS (PASSIVO CIRCULANTE)**  
Corresponde a valores financeiros com parceiros – Quotas de capital:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
LUCROS A PAGAR -SCP CASCABEL JL SHOPPING	97.893,31	97.893,31	97.893,31	97.893,31
QUOTAS A PAGAR- SCP CASCABEL JL SHOPPING	273.770,00	273.770,00	273.770,00	273.770,00
JUROS S/ CAPITAL PROPRIO - TJLP	13.032.308,34	13.032.308,34	13.032.308,34	13.032.308,34
LUCROS A PAGAR	-	-	1.154.352,75	1.154.352,75
DEPÓSITOS A CONFIRMAR-CATARATAS	-	10.522,55	13.881,20	15.373,79
ED. PRIVILEGE	-	1.630.000,00	-	1.630.000,00
ABSOLUTE TOCCATA	-	10.327,46	-	280.565,47
FELIX ADM DE BENS LTDA	-	924,05	-	14.975,06
FRONTIERE EMPREED. IMOB LTDA	-	850.000,00	-	850.000,00
GENERATION INCORPORAÇÃO	-	-	-	-
JOTA ELE 05 - Llegat	-	15.000,00	-	-
JOTA ELE 06 - Highline	-	31.418,00	-	-
MADEZAN - TERRAZZO	-	166.415,97	-	-
<b>Soma</b>	<b>13.403.971,65</b>	<b>16.118.579,68</b>	<b>14.572.205,60</b>	<b>17.349.238,72</b>

**NOTA 10 – OUTROS DÉBITOS (PASSIVO CIRCULANTE)**  
Parcelamento de Imposto de Renda e CSLL – ano 2018:

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO	2.859.374,36	2.859.374,36	7.371.089,60	7.371.089,60
<b>Soma</b>	<b>2.859.374,36</b>	<b>2.859.374,36</b>	<b>7.371.089,60</b>	<b>7.371.089,60</b>

**NOTA 11 – OUTROS DÉBITOS CONSORCIADAS (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)**  
Corresponde a Valores Provisionados dos Consórcios

	2022		2021	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
OUTRAS CONTAS	-	-	-	-
Jota Ele /KIIR	-	-	93.773.037,06	-
Jota Ele /SH/ CDG/Exxa	140.435.904,12	140.435.904,12	140.402.095,47	-
Jota Ele Steinge	-	-	51.578.940,27	301.728,35
Jota Ele / Planaterra	40.893.611,59	40.893.611,59	15.658.269,56	-
Jota Ele/MBM	36.196.091,00	36.196.091,00	5.604.593,28	-
<b>Soma</b>	<b>217.525.606,71</b>	<b>217.525.606,71</b>	<b>307.016.935,64</b>	<b>301.728,35</b>

Cascavel (PR), 31 de dezembro de 2022.

JOÃO LUIZ FELIX  
Diretor Presidente  
CPF nº 582.657.328-72

JADETE LORENSI  
Contadora  
CPF nº 525.141.709-82  
CRC-PR nº 033.152/0-2



**Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:**

**(41) 3515-8731**

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRI  
BU  
NA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

# COPAGRI - COMERCIAL PARANAENSE AGRÍCOLA S.A.

## Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Disponível	4	64.078	19.699	64.240	19.717
Contas a receber	5	47.762	44.468	68.409	44.468
Instrumentos financeiros derivativos	6	112.113	12.145	112.657	12.165
Estoques	7	204.412	165.511	204.412	165.511
Adiantamentos a fornecedor		38.664	19.362	38.665	19.362
Impostos a recuperar	8	152.828	83.725	152.859	83.756
Partes relacionadas	9	25.435	9.833	19.034	10.610
Despesas antecipadas		8.710	787	8.710	-
		<b>654.002</b>	<b>355.530</b>	<b>668.986</b>	<b>355.589</b>
<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	8	1.540	-	1.540	-
Creditos a receber	10	113.211	-	113.211	-
Títulos e valores mobiliários	11	2.473	1.873	2.473	1.873
Investimentos	12	6.432	61	-	-
Imobilizado	13	2.833	19.102	2.833	19.102
Intangível	13	513	8	513	8
		<b>127.002</b>	<b>21.044</b>	<b>120.570</b>	<b>20.983</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>781.004</b>	<b>376.574</b>	<b>789.556</b>	<b>376.572</b>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	14	156.806	102.714	167.679	102.715
Empréstimos e financiamentos	15	348.201	161.604	348.201	161.604
Adiantamento de Clientes		34.141	12.620	34.142	12.620
Obrigações sociais e fiscais		1.792	306	1.792	306
Impostos e contribuições a recolher	16	4.811	20.469	4.811	20.469
Partes relacionadas		2.322	-	-	-
Obrigações com terceiros		159	-	159	-
		<b>548.232</b>	<b>297.713</b>	<b>556.784</b>	<b>297.714</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	139.732	10.415	139.732	10.415
		<b>139.732</b>	<b>10.415</b>	<b>139.732</b>	<b>10.415</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	17.a	5.000	5.000	5.000	5.000
Ajustes de avaliação patrimonial	17.d	31	32	31	32
Reservas de incentivos fiscais	17.e	88.009	56.185	88.009	56.186
Reservas de lucros	17.b	-	7.229	-	7.227
		<b>93.040</b>	<b>68.446</b>	<b>93.040</b>	<b>68.445</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>781.004</b>	<b>376.574</b>	<b>789.556</b>	<b>376.572</b>

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Lucro líquido/(prejuízo) do exercício</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>	<b>62.238</b>
<b>Ajustes por:</b>				
Depreciação e amortização	420	103	420	103
Juros e variação cambial apropriados sobre empréstimos e financiamentos	56.214	(425)	56.214	(425)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.341)	46	-	-
Imposto de renda e Contribuição Social compensada	(215)	15.912	(215)	15.912
Variação no valor justo dos contratos de commodities	(94.964)	(7.434)	(95.487)	(9.813)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Redução (aumento) de contas a receber de clientes	(3.295)	(40.373)	(23.940)	(40.373)
Redução (aumento) de estoques	(38.900)	(165.385)	(38.901)	(165.385)
Redução de adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber	(32.828)	10.803	(32.859)	14.100
(Redução) aumento de adiantamentos de Clientes	21.525	7.090	21.524	10.057
Redução (aumento) em partes relacionadas	(8.454)	(7.741)	(8.425)	(8.663)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	(70.643)	(70.828)	(70.643)	(70.828)
(Redução) aumento de fornecedores	54.092	87.855	64.964	84.902
Aumento (redução) em obrigações sociais e fiscais	1.486	168	1.487	168
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher	(15.443)	3.740	(15.443)	3.740
Distribuição de lucros aos sócios	-	(5.396)	-	(5.396)
Juros pagos s/ empréstimos	(46.552)	(101)	(46.552)	(101)
<b>Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(159.304)</b>	<b>(109.728)</b>	<b>(163.261)</b>	<b>(109.764)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>				
Títulos e valores mobiliários	(600)	(1.873)	(600)	(1.873)
Aquisição de imobilizado e intangível	15.345	(18.722)	15.345	(18.722)
Baixa de imobilizado e intangível	(1)	27	(1)	27
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(30)	(50)	-	-
Creditos a receber	(113.211)	-	(113.211)	-
Investimentos/Intercompany	(4.071)	-	-	-
<b>Fluxo de caixa usado nas das atividades de investimento</b>	<b>(102.568)</b>	<b>(20.618)</b>	<b>(98.467)</b>	<b>(20.568)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Empréstimos e financiamentos tomados com terceiros	1.677.958	514.152	1.677.958	514.152
Pagamento de mútuos recebidos de partes relacionadas	-	(22)	-	(22)
Pagamento de empréstimos e financiamentos com terceiros	(1.371.707)	(366.754)	(1.371.707)	(366.754)
<b>Caixa proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>306.251</b>	<b>147.376</b>	<b>306.251</b>	<b>147.376</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>44.379</b>	<b>17.030</b>	<b>44.523</b>	<b>17.044</b>

Demonstração do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	2.224.096	1.075.045	2.597.278
Custo das vendas	19	(2.111.484)	(989.616)	(2.478.302)
<b>Lucro bruto</b>		<b>112.612</b>	<b>85.429</b>	<b>118.976</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(33.135)	(12.513)	(33.163)
Outras receitas/ despesas operacionais, líquidas	20	153	-	153
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>79.630</b>	<b>72.916</b>	<b>85.966</b>
Receitas Financeiras	21	91.856	28.505	91.879
Despesas Financeiras	21	(153.448)	(38.749)	(153.466)
<b>Receitas/(despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(61.592)</b>	<b>(10.244)</b>	<b>(61.587)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	6.342	(47)	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>24.380</b>	<b>62.625</b>	<b>24.379</b>
Imposto de renda e contribuição social	22	215	(388)	215
<b>Resultado do exercício</b>		<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>

Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.699		2.669
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		64.078		19.699
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>44.379</b>		<b>17.030</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	18	2.224.096	1.075.045	2.597.278
Custo das vendas	19	(2.111.484)	(989.616)	(2.478.302)
<b>Lucro bruto</b>		<b>112.612</b>	<b>85.429</b>	<b>118.976</b>
Despesas gerais e administrativas	20	(33.135)	(12.513)	(33.163)
Outras receitas/ despesas operacionais, líquidas	20	153	-	153
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>79.630</b>	<b>72.916</b>	<b>85.966</b>
Receitas Financeiras	21	91.856	28.505	91.879
Despesas Financeiras	21	(153.448)	(38.749)	(153.466)
<b>Receitas/(despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(61.592)</b>	<b>(10.244)</b>	<b>(61.587)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	6.342	(47)	-
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>24.380</b>	<b>62.625</b>	<b>24.379</b>
Imposto de renda e contribuição social	22	215	(388)	215
<b>Resultado do exercício</b>		<b>24.595</b>	<b>62.238</b>	<b>24.595</b>

Demonstrações do resultado abrangente	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		24.595		62.238
Resultado abrangente do exercício		24.595		62.238

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020		700		10.872
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior		-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	62.238
Aumento do Capital Social		4.300	-	(4.300)
Distribuição de Lucros		-	-	(5.396)
Reserva de incentivos fiscais		-	56.185	(56.185)
Absorção de prejuízos com reserva de lucro		-	(3.643)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>5.000</b>	<b>7.229</b>	<b>56.185</b>
Ganho na conversão de balanço de controlada no exterior		-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	24.595
Reserva de incentivos fiscais		-	(7.229)	7.229
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>5.000</b>	<b>-</b>	<b>88.009</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da COPAGRI – Comercial Paranaense Agrícola S.A. Curitiba- PR

**Opinião**  
 Examinamos as demonstrações contábeis da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Curitiba, 31 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
 CRC 2 PR 006853/F-9

*Marisa Bernardino de Albuquerque*

Marisa Bernardino de Albuquerque  
 Contadora CRC SP 143624-O/T – S - PR

#### Notas Explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

resultados abrangentes) Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

##### Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

□ O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativo	Descrição
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

##### (iii) Desreconhecimento

##### Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

##### (iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação nos preços de commodities. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício. Todos os Contratos de Compra e Venda efetuados pela Companhia são valorizados a preço de mercado utilizando as cotações de CBOT (*Chicago Board Of Trading*) no último dia de operação do mês, ajustando todos os prêmios portuários com base em cotações de corretoras e os respectivos custos de movimentação do produto compra ou venda.

##### 3.3 - Investimentos

O investimento nas Empresas controladas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Companhia.

##### 3.4 - Imobilizado

###### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor

# 10 CIDADES / EDIÇÃO DIGITAL

##### 1 - Contexto operacional

A COPAGRI - Comercial Paranaense Agrícola S.A. (“Companhia” ou “Copagri”) foi constituída em 25 de abril 2001. A Companhia está sediada na Rua Mariano Torres, nº 729, sala 1201, bairro Centro, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e tem como principal atividade a comercialização de soja e milho em grãos (*trading*), nos mercados interno e externo.

Ao final do exercício de 2011 os, então quotistas da Copagri, decidiram criar uma Off Shore da Copagri, com sede no Panamá, sendo instituída assim a Copagri Inc., com capital social de US\$ 10 mil, subscritos e integralizados em 29 de fevereiro de 2012 e tendo como principal atividade a comercialização de grãos no mercado externo. A Copagri possui 100% deste investimento.

Em outubro de 2014 os quotistas da Copagri decidiram constituir uma nova empresa de armazenagem e estufagem de grãos localizada em Garuva-SC a qual passou a se chamar Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola LTDA. (atualmente, sem operações e, portanto, inativa). Em outubro de 2015 a Copagri adquiriu 9,99% das quotas passando a possuir 99,99% do investimento nesta entidade.

Em 2017 o sócio majoritário optou por interromper as atividades da Companhia, e os demais sócios não sinalizaram interesse pela continuidade das operações.

Exceto por algumas transações pontuais, a referida interrupção se estendeu até agosto de 2019. Entretanto, o cenário positivo no agronegócio, a partir de setembro de 2019, motivou, naquele ano, os sócios pela retomada nas operações, assim o sócio José Enrique Marti Traver reativou a matriz e suas filiais, bem como estruturou o quadro de colaboradores. Adicionalmente, retomou o relacionamento junto a clientes e fornecedores. No final do terceiro trimestre de 2019, o sócio Luiz Felipe de Freitas Ino reingressou na sociedade, para compor além do quadro societário a Administração da Companhia. Em 2021 o sócio Juliano Andrade Vorraber ingressou na sociedade para compor a Administração da Companhia. E em 2021 a Copagri começou a realizar a industrialização da soja em fábricas parceiras contratadas sob regime de serviços para esse fim, aumentando significativamente os volumes de comercialização de farelo de soja e óleo de soja.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia comercializou um total de 49.215 (12.317 em 2021) toneladas de soja, 488.181 (254.290 em 2021) toneladas de farelo soja, 125.892 (73.745 em 2021) toneladas de óleo de soja, 4.687 (689 em 2021) toneladas de casca de soja, 1.438 (39.034 em 2021) toneladas de milho e 146 (884 em 2020) toneladas de sorgo.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui um total de 235 funcionários divididos em 141 colaboradores da área fabril e 94 colaboradores na área administrativa. Visando a melhoria na sua gestão, a Companhia vem contratando profissionais com experiência no agronegócio, atuando no aprimoramento de sistemas e controles internos de forma a mitigar riscos operacionais e atender as boas práticas de Governança Corporativa.

A Companhia representada pelos seus sócios e diretores, prospectaram para 2022 ampliar o seu *core business* colocando em atividade um ativo fabril em Cuiabá (MT) de propriedade da massa falida da Olvepar, na qual está sendo gerida pela Copagri através de um contrato de arrendamento, maximizando o volume das atividades operacionais exercidas pela Companhia, além de continuar com a contratação de serviços de industrialização em processadoras de moagem de soja parceiras.

Com o objetivo de consolidar seu modelo operacional, a Companhia vem investindo constantemente nessa unidade para atingir sua capacidade máxima de esmagamento. Apoiada por consultores e equipe de engenharia, a Companhia vem trabalhando em diversos projetos para o incremento da performance fabril, realizando reformas nas instalações, aquisições de equipamentos e melhorias de processos de produção. Nesse contexto, a Companhia tem intenção de realizar a aquisição da referida unidade produtiva.

Para 2023 a Companhia possui compromissos de compra e venda contratados que demandará parte da capacidade produtiva de sua fábrica e continuará trabalhando com contratação de serviços de industrialização com outras processadoras.

##### 2 - Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023

##### 2.1 - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia revisa mensalmente suas estimativas e premissas.

##### 2.2 - Conversão de moeda estrangeira

###### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### (b)Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação.

##### 3 - Principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, levando em conta as seguintes e principais diretrizes:

##### 3.1 - Instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

##### 3.2 - Instrumentos financeiros

###### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

###### (ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

□ No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros

recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

###### (ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

###### (iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Descrição	Taxa
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.
Equipamentos de telefonia	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	20% a.a.
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Sistemas e Aplicativos	20% a.a.

##### 3.5 - Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

###### (i) Ativos financeiros não derivativos

###### Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

□As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

□As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

##### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

##### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

##### Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

##### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

##### (ii)Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.6 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### 3.7 - Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.8 - Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida pela emissão das notas fiscais de venda as quais estão baseadas em contratos pré-estabelecidos.

### 3.9 - Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, ganhos com *hedge* financeiro, variações cambiais ativas e atualizações monetárias sobre créditos tributários. As despesas financeiras abrangem, principalmente, perdas com *hedge* financeiro e perdas com variações cambiais passivas.

### 3.10 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

### 3.11 - Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### (I) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos estão descritos abaixo:

Operações de compra e venda de commodities: estimados com base nos níveis de preços futuros, disponibilizados por meio de informativos obtidos da CBOT (*Chicago Board of Trade*), tomando por base a melhor informação para cada tipo de commodity.

#### (II) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

### 3.12 - Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subseqüentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

#### Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements* para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política

contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

□ Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos	249	2.193	249	2.193
Bancos - Moeda Estrangeira	-	-	159	14
Aplicações Financeiras	63.829	17.506	63.832	17.511
	<b>64.078</b>	<b>19.699</b>	<b>64.240</b>	<b>19.717</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos referentes a aplicações financeiras também se referem a contas vinculadas com empréstimos e financiamentos, sendo seu maior volume representado pela aplicação no valor de 36 milhões atrelados ao CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) VIDE NE 15. Os valores de aplicações financeiras são remunerados a taxas que se aproximam a 100% do CDI e são resgatáveis de acordo com a cadência de pagamento dos respectivos empréstimos.¶

#### 5 - Contas a receber de clientes

O saldo é composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No país	47.762	44.468	47.762	44.468
No exterior	-	-	20.647	-
	<b>47.762</b>	<b>44.468</b>	<b>68.409</b>	<b>44.468</b>

Sendo a composição por vencimento a seguinte:

Vencimento	R\$	
A vencer	34.333	
Em Aberto de 0 a 30 dias	30.321	
Em Aberto de 30 a 60 dias	1.191	
Em Aberto de 60 a 90 dias	15	
Em Aberto acima de 90 dias	2.549	
<b>Total</b>	<b>68.409</b>	

Em 31 de dezembro de 2022, não há provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa contabilizados, tendo em vista que a Administração entende não haver indicativos de que tais recebíveis não serão realizados por seu valor integral.

#### 6 - Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido <i>open cash</i> e posições de <i>hedge</i> não realizadas	112.113	12.145	112.657	12.165

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era composto pelo resultado da valorização a preço de mercado dos saldos dos contratos de compra e venda de commodities com preço fixo em reais e dólares, baseado na cotação da CBOT (*Chicago Board of Trade*) do último dia do mês corrente (vide informações adicionais na nota explicativa 23 - Instrumentos financeiros).

#### 7 - Estoques

O estoque da Companhia é composto dos seguintes produtos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Commodities – Soja	66.385	69.685	66.385	69.685
Commodities – Farelo de Soja	100.368	85.175	100.368	85.175
Commodities – Óleo de Soja	34.197	10.651	34.197	10.651
Outros	3.462	-	3.462	-
	<b>204.412</b>	<b>165.511</b>	<b>204.412</b>	<b>165.511</b>

#### 8 - Impostos a recuperar

A Companhia possui créditos fiscais, que estão contabilizados de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	69.458	24.329	69.482	24.353
PIS e COFINS	84.818	43.326	84.825	43.333
IRPJ e CSLL	84	16.070	84	16.070
ISS	8	-	8	-
	<b>154.368</b>	<b>83.725</b>	<b>154.399</b>	<b>83.756</b>

Circulante	152.828	83.725	152.859	83.756
Não Circulante	1.540	-	1.540	-
	<b>154.368</b>	<b>83.725</b>	<b>154.399</b>	<b>83.756</b>

#### Realização dos créditos fiscais

Para o ICMS, a Administração acumulou crédito constituído através de suas operações próprias e com terceiros, substancialmente referente a filial de Bebedouro. O crédito acumulado na filial de Bebedouro/SP referente a 2021 e 2022 foram solicitados pedidos de transferência à SEFAZ/SP, o valor referente ao saldo credor em conta gráfica de 2021 na citada filial (14.736) foi homologado e deferido pelo órgão competente no valor de (14.699). O valor referente a 2022 encontra-se em processo de homologação e posteriormente será objeto de pedido de transferência de créditos solicitado à SEFAZ/SP conforme portaria CAT 83.

Para o PIS e COFINS, a Administração considera as seguintes possibilidades: (i) utilização de parte dos saldos para compensação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, devidamente amparada pela legislação federal aplicável, compensações estas já iniciadas durante o exercício de 2016; e (ii) ressarcimento em dinheiro de parte dos saldos após análise e validação da base pela Receita Federal do Brasil, e (iii) parte do saldo aguardando o encerramento do procedimento administrativo referente a correção dos créditos fiscais administrados pela Receita Federal durante os ressarcimentos ocorridos entre 2012 e 2016.

#### 9 - Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2022				Total
	José Enrique Marti Traves	Luiz Felipe de Freitas Ino	Juliano Andrade Vorraber		
<b>Copagri Inc.</b>					

#### Ativo circulante

Adiantamentos a quotistas (I)

-	10.687	5.361	2.987	<b>19.034</b>
---	--------	-------	-------	---------------

				<b>19.034</b>
--	--	--	--	---------------

	2021				Total
	José Enrique Marti Traves	Luiz Felipe de Freitas Ino	Juliano Andrade Vorraber	Outros	
<b>Copagri Inc.</b>					

#### Ativo circulante

Adiantamentos a quotistas (I)

-	7.311	1.613	909	777	<b>10.610</b>
---	-------	-------	-----	-----	---------------

					<b>10.610</b>
--	--	--	--	--	---------------

(I) A Companhia, por decisão dos seus administradores, efetuou adiantamento para acionistas por conta de futura distribuição de dividendos.

As transações acima foram realizadas de acordo com os termos e condições celebrados entre as partes levando-se em consideração a estrutura de custos e fluxo de caixa das partes como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes caso tivessem sido realizadas com terceiros/não relacionados.

#### 10 - Créditos a receber

O saldo é composto dos seguintes valores:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos e Cauções	7.889	-	7.889	-
Adiantamento de Arrendamento (i)	83.881	-	83.881	-
Despesas Pré Operacionais - Fábrica (ii)	21.336	-	21.336	-
Consórcio A	-	-	-	-
Contemplar - Imóveis	105	-	105	-
	<b>113.211</b>	<b>-</b>	<b>113.211</b>	<b>-</b>

(i) Investimentos realizados na fábrica a qual a Copagri está arrendando da massa falida da Olvepar, em nome de Allos Participações e Investimentos. Futuramente os valores alocados como adiantamento de arrendamento serão descontados do contrato quando entrar em vigência. O contrato terá prazo de vigência de 84 meses iniciando a partir da finalização da reforma da Fábrica viabilizando a produção em sua capacidade plena.

(ii) Despesas incorridas durante o ano de 2022 para Constituição da Unidade Fabril arrendada da Massa Falida Olvepar, que serão diluídas de acordo com a vigência do Contrato de Arrendamento conforme demonstrado no item i).

#### 11 - Títulos e valores mobiliários

O saldo é composto dos seguintes valores:

Instituição	Natureza	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Caixa Vida e Previdência S.A.	Previdência	850	350	850	350
BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.	Previdência	1.623	1.523	1.623	1.523
		<b>2.473</b>	<b>1.873</b>	<b>2.473</b>	<b>1.873</b>

Os títulos reconhecidos no ativo, referem-se às previdências privadas realizadas cujos beneficiários são os sócios da Companhia.

#### 12 - Investimentos

##### (i) Composição do saldo

	Controladora			Total
	2022	2021		
Investimentos por equivalência patrimonial				
Copagri Inc.		6.398		26
Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola S.A.		34		35
		<b>6.432</b>		<b>61</b>

##### (iii) Movimentação do investimento no exercício

	Copagri Inc.	Lexgranos Comercial Paranaense Agrícola S.A.		Total
		2022	2021	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26</b>	<b>35</b>	<b>61</b>	
Resultado na conversão de balanço da controlada no exterior	(1)	-	(1)	
Resultado de equivalência patrimonial	6.373	(32)	<b>6.342</b>	
Afac – Adiantamento para futuro aumento de capital	-	31	<b>31</b>	

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.398</b>	<b>34</b>	<b>6.432</b>
--	--------------	-----------	--------------

#### 13 - Imobilizado e intangível

##### (i) Composição do saldo

	Taxa anual de depreciação	Custo	2022		2021	
			Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de processamento de dados	20%	646	(146)	500	195	
Equipamentos de telefonia	10%	28	(9)	19	5	
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	10%	172	(25)	147	50	
Móveis e utensílios	10%	1.376	(196)	1.179	271	
Veículos	20%	412	(100)	313	144	
Fábrica em Andamento	-	-	-	-	17.774	
Maquinas e Equipamentos	10%	726	(52)	674	-	
Escritório em Andamento	-	-	-	-	663	
Marcas e patentes	-	-	-	-	3	
Sistemas e Aplicativos	10%	562	(48)	513	5	
		<b>3.921</b>	<b>(575)</b>	<b>3.346</b>	<b>19.110</b>	

#### Movimentação do imobilizado

	2021	Adições
--	------	---------



**PARANÁ MÍDIA PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 05.308.740/0001-03**  
 Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	29	19	Obrigações tributárias e Trabalhistas	1	1
Tributos a Recuperar	6	84	<b>Total passivo circulante</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Total ativo circulante</b>	<b>35</b>	<b>104</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		
			Capital social	678	678
			Prejuízos acumulados	(384)	(418)
<b>Ativo não circulante</b>			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>294</b>	<b>260</b>
Tributos a Recuperar	249	148			
Depósitos judiciais	9	9			
Intangível	2	2			
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>260</b>	<b>158</b>			
<b>Total do ativo</b>	<b>295</b>	<b>262</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>295</b>	<b>262</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Resultados acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	29.074	(6.946)	22.128
Redução de Capital	(28.396)	-	(28.396)
Absorção de Prejuízos	-	6.946	6.946
Prejuízo do exercício	-	(418)	(418)
Em 31 de dezembro de 2021	678	(418)	260
Lucro do exercício	-	34	34
Em 31 de dezembro de 2022	678	(384)	294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>34</b>	<b>(418)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>34</b>	<b>(418)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(13)	(86)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(366)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	28	(2)
<b>Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>	<b>16</b>	<b>(454)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas Financeiras	25	36
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>25</b>	<b>36</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>40</b>	<b>(418)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7)	-
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>34</b>	<b>(418)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

Guilherme Doring da Cunha Pereira  
 Presidente

Marcelo Fabiano de Souza Palombo  
 Contador – CRC/PR PR-056390/O-5

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40	(418)
<b>Ajustes de:</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	-	366
Atualizações dos créditos tributários	-	(9)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	(23)	(12)
Outros ativos	-	163
Outros passivos	(1)	(1)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	16	89
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>9</b>	<b>89</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Baixa de Investimentos	-	(1.267)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	500
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	-	(767)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>9</b>	<b>(678)</b>
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	29	19
Caixa e equivalente de caixa no início do período	19	698
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>9</b>	<b>(678)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RPC LAB SISTEMAS S.A. - CNPJ 09.366.594/0001-23**  
 Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

**BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em Milhares de reais)

ATIVO	2022	2021	PASSIVO	2022	2021
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	33	18	Dividendos	-	1
Clientes	6	5	Outros	24	1
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>39</b>	<b>23</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>24</b>	<b>2</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	862	863	Capital social	910	910
Imobilizado	-	11	Reserva de lucros	-	12
Intangível	27	27	Prejuízos Acumulados	(6)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>889</b>	<b>901</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>904</b>	<b>922</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>928</b>	<b>924</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>928</b>	<b>924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(12)	10
<b>Ajustes de:</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	1	4
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(1)	(5)
Fornecedores	-	(7)
Outros passivos	22	1
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6)	(6)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>5</b>	<b>(2)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Alienação de investimentos	-	492
Baixa de Imobilizado	11	3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>11</b>	<b>494</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos no exercício	(1)	-
Redução de capital social - Restituição quotas aos acionistas	-	(490)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1)</b>	<b>(490)</b>
<b>(AUMENTO)/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>(15)</b>	<b>2</b>
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	33	18
Caixa e equivalente de caixa no início do período	18	16
<b>(AUMENTO)/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO</b>	<b>(15)</b>	<b>2</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
 (Em milhares de reais)

	2022	2021	Reserva de lucros			Resultados acumulados	Total
			Capital social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Receita operacional líquida	63	55					
Lucro bruto	63	55					
<b>Despesas operacionais</b>							
Gerais e administrativas	(42)	(42)					
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	(4)					
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	(32)	(4)					
	(75)	(50)					
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(13)	5					
Receitas Financeiras	1	5					
Resultado antes dos impostos	(12)	10					
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6)	(6)					
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(17)</b>	<b>4</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

À Diretoria

Marcelo Fabiano de Souza Palombo  
 Contador – CRC/PR PR-056390/O-5

## Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Balancos patrimoniais							
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021							
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Ativo	Nota explicativa	2022	2021	Passivo	Nota explicativa	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.677	15.605	Fornecedores	16	5.422	4.740
Aplicações Financeiras	9	1.060	-	Arrendamento	17	3.019	3.114
Contas a receber de clientes	10	23.111	28.094	Obrigações sociais e trabalhistas	18	14.748	14.722
Despesas antecipadas		615	461	Obrigações tributárias	19	3.280	5.953
Tributos a recuperar	11	1.927	98	Comissões e bonificações		1.723	1.878
Outras contas a receber	12	3.040	3.580	Outras contas a pagar	20	333	436
<b>Total ativo circulante</b>		<b>36.430</b>	<b>47.838</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>28.526</b>	<b>30.843</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>			
Tributos a recuperar	11	18	18	Arrendamento	17	24.060	23.015
Depósitos judiciais	21	1.317	1.162	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.034	2.631
Ativo fiscal diferido	22.a	11.704	4.840				
Outras contas a receber	12	1.878	3.763				
Direito de uso	13	24.189	24.049				
Imobilizado	14	22.340	19.844				
Intangível	15	2.386	2.304				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>63.832</b>	<b>55.981</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>45.643</b>	<b>47.329</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>100.263</b>	<b>103.819</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>100.263</b>	<b>103.819</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021							
<i>(Em milhares de Reais)</i>							
Reserva de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	16.696	8.792	3.339	542	34.302	-	63.671
Dividendos 2020 aprovados - AGO 49º	-	-	-	(542)	(34.302)	-	(34.844)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.712	41.712
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.428)	(10.428)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(12.781)	(12.781)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	18.502	(18.502)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	16.696	8.792	3.339	-	18.502	-	47.329
Dividendos 2021 aprovados - AGO 50º	-	-	-	-	(18.502)	-	(18.502)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.814	68.814
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(17.203)	(17.203)
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(34.795)	(34.795)
Transferência entre reservas	-	-	-	-	16.816	(16.816)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	16.696	8.792	3.339	-	16.816	-	45.643

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	24	215.967	218.285
Custo dos serviços prestados	25	(86.330)	(89.755)
<b>Lucro bruto</b>		<b>129.637</b>	<b>128.530</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	25	(38.519)	(37.743)
Despesas gerais e administrativas	25	(23.810)	(23.411)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(72)	(18)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	376	(1.142)
		(62.025)	(62.311)
<b>Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos</b>		<b>67.612</b>	<b>66.219</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	27.a	5.007	2.233
Despesas financeiras	27.b	(4.577)	(3.814)
		430	(1.581)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>68.042</b>	<b>64.638</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.b	(6.092)	(23.799)
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.b	6.864	872
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>68.814</b>	<b>41.712</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.**

Curitiba – Paraná

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC PR-007945/F-7

Marcos De Antoni Tosin

Contador CRC PR - 064845/O-1

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)*

#### 1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como participações na receita, comissões e bonificações do volume às agências de propaganda. A Companhia atua integralmente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes.

#### 2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no período corrente, estão consistentes com o exercício e período comparativos apresentados.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de abril de 2023.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

#### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Demonstração do fluxo de caixa			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Nota explicativa	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		68.042	64.638
<b>Ajustes de:</b>			
Depreciação e amortização	14 e 15	5.989	5.811
Resultado da alienação de imobilizado	26	(88)	(225)
Baixa de imobilizado/intangível	14 e 15	2.322	1.354
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	72	17
Depreciação sobre direito de uso	13	4.175	4.108
Distratos de arrendamento		(71)	-
Juros sobre arrendamento	17	3.079	2.193
Provisão de bonificação de volume		2.139	3.500
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	(597)	(396)
Juros sobre alienação de investimentos	12. (a)	(319)	(320)
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	265	217
		85.006	80.897

Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	9	4.911	535
Estoques		-	639
Tributos a recuperar	11	(1.829)	6.717
Despesas antecipadas		(155)	404
Outros ativos		84	4.011
Fornecedores	16	682	786
Obrigações sociais e trabalhistas	18	26	1.827
Obrigações tributárias	19	(2.673)	2.422
Outros passivos		(2.396)	(3.086)

Caixa gerado pelas atividades operacionais	83.655	95.153
--	--------	--------

Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.092)	(23.799)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>77.563</b>	<b>71.354</b>

<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisições de imobilizado/intangível	14 e 15	(10.800)	(10.047)
Aplicação Financeira	9	(1.060)	-
Recebimentos de alienação de investimentos	12	2.241	2.181

<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	(9.619)	(7.866)
--	---------	---------

<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos no exercício	23.d	(70.500)	(62.000)
Pagamentos de arrendamento	17	(6.373)	(5.407)
<b>Caixa líquido utilizado nas das atividades de financiamento</b>		<b>(76.873)</b>	<b>(67.407)</b>

<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	(8.929)	(3.919)
---	---------	---------

<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	8	15.605	19.524
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	8	6.677	15.605

<b>Redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	(8.929)	(3.919)
---	---------	---------

Demonstração do resultado abrangente		
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021		
<i>(Em milhares de Reais)</i>		
	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	68.814	41.712
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>68.814</b>	<b>41.712</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas 6.10 e 17** - determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;
- **Nota explicativa 6.4 e 14** - revisão da vida útil e valor residual;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 22** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

#### 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### 6 Principais políticas contábeis

##### 6.1 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 21 dias. (20 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 29 dias. (30 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 33 dias. (27 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 19 dias. (25 dias em 2021)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**



Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.). Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de Agosto de 2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aos cessionários estabelece todos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV). Em 2022 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a terceira parcela no valor de R\$ 2.241, onde incorreram juros no valor de R\$ 319. Em 2021 aconteceu o pagamento da primeira parcela no valor R\$2.181 e juros de R\$320.

(b) Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação.

### 13 Direito de uso de ativos

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
<b>Direito de uso</b>					
Em 1º de janeiro 2022	2.646	20.611	643	149	24.049
Atualizações de contratos	188	3.558	-	-	3.746
Novos	763	314	-	-	1.077
Baixas	(499)	-	(9)	-	(508)
Depreciação	(417)	(3.255)	(453)	(50)	(4.175)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.681</b>	<b>21.228</b>	<b>181</b>	<b>99</b>	<b>24.189</b>

	Postos de transmissão	Imóveis	Veículos	Equipamentos de telecom	Total
<b>Direito de uso</b>					
Em 1º de janeiro 2021	1.319	19.298	1.197	186	22.000
Atualizações de contratos	2.314	3.941	-	11	6.265
Baixas	(1)	-	(107)	-	(108)
Depreciação	(986)	(2.628)	(447)	(47)	(4.108)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.646</b>	<b>20.611</b>	<b>643</b>	<b>149</b>	<b>24.049</b>

### 14 Imobilizado

#### Composição do saldo contábil

	2022			2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios	836	(401)	435	836	(401)	435
Instalações	8.270	(6.832)	1.438	8.270	(6.832)	1.438
Móveis	1.870	(1.504)	366	1.870	(1.504)	366
Equipamentos telecom	74.985	(62.111)	12.874	74.985	(62.111)	12.874
Máquinas e equipamentos	4.252	(3.117)	1.135	4.252	(3.117)	1.135
Equipamentos de informática	14.499	(11.174)	3.325	14.499	(11.174)	3.325
Imobilizado em curso	1.862	-	1.862	1.862	-	1.862
Outros	2.521	(1.616)	905	2.521	(1.616)	905
<b>Total</b>	<b>109.095</b>	<b>(86.755)</b>	<b>22.340</b>	<b>109.095</b>	<b>(86.755)</b>	<b>22.340</b>

#### Conciliação do saldo contábil

	Edifícios	Instalações	Móveis	Equipamentos telecom	Maquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Imobilizado em curso	Outros	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	698	2.752	353	10.123	1.313	1.366	857	515	17.977
Adições	1	57	32	4.314	282	861	1.338	987	7.872
Baixas	(328)	(2)	(5)	(629)	(6)	(371)	(177)	(737)	(2.256)
Depreciação	(39)	(738)	(95)	(2.625)	(269)	(595)	-	(66)	(4.426)
Baixas de depreciação	135	-	4	268	2	252	-	16	677
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	467	2.069	289	11.451	1.322	1.513	2.018	715	19.844
Adições	2	54	171	5.189	87	2.476	1.318	651	9.948
Baixas	-	-	(15)	(1.943)	(297)	(384)	(1.474)	(330)	(4.443)
Depreciação	(34)	(685)	(82)	(3.214)	(274)	(573)	-	(457)	(5.319)
Baixas de depreciação	-	-	3	1.391	297	293	-	326	2.310
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	435	1.438	366	12.874	1.135	3.325	1.862	905	22.340

#### Revisão e ajuste da vida útil estimada

A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

#### Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

#### Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

### 15 Intangível

#### Composição do saldo contábil

	2022			2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	24.972	(22.816)	2.156	24.972	(22.816)	2.156
Marcas e Patentes	146	-	146	146	-	146
Intangível em Curso	84	-	84	84	-	84
<b>Total</b>	<b>25.202</b>	<b>(22.816)</b>	<b>2.386</b>	<b>25.202</b>	<b>(22.816)</b>	<b>2.386</b>

#### Conciliação do saldo contábil

	Softwares	Marcas e patentes	Intangível em curso	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1.337	146	31	1.514
Adições	2.056	-	119	2.175
Baixas	(8)	-	-	(8)
Amortização	(1.385)	-	-	(1.385)
Baixas de Amortização	8	-	-	8
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.008</b>	<b>146</b>	<b>150</b>	<b>2.304</b>
Adições	715	-	36	751
Transferência	102	-	(102)	-
Baixas	(10)	-	-	(10)
Amortização	(669)	-	-	(669)
Baixas de Amortização	10	-	-	10
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.156</b>	<b>146</b>	<b>84</b>	<b>2.386</b>

### 16 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$5.422 (R\$4.740 em 2021) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

### 17 Arrendamento

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas :

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
5	0,85%
10	0,88%
15	0,93%
20	0,95%

### Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2022	26.129
Novos contratos	1.077
Baixas	(579)
Atualizações de contratos	3.746
Juros apropriados no período	3.079
Amortização de arrendamentos	(6.373)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>27.079</b>
Circulante	3.019
Não circulante	24.060

### Arrendamento

Em 1º de janeiro de 2021	23.186
Atualizações de contratos	6.265
Baixas	(108)
Juros apropriados no período	2.193
Amortização de arrendamentos	(5.407)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.129</b>
Circulante	3.114
Não circulante	23.015

### 18 Obrigações sociais e trabalhistas

	2022	2021
Provisão para férias e encargos	5.523	5.352
Gratificações e PPR	8.366	8.580
Fator Acidentário de Prevenção – FAP	65	42
Outras obrigações sociais e trabalhistas	794	748
<b>Total</b>	<b>14.748</b>	<b>14.722</b>

### 19 Obrigações tributárias

PIS e COFINS	864	1.012
Imposto de renda e contribuição social	863	3.298
Outros tributos a recolher	1.553	1.643
<b>Total</b>	<b>3.280</b>	<b>5.953</b>

### 20 Outras contas a pagar

Partes relacionadas (a)	2022	2021
Outras	47	23
	286	413
	333	436

(c) Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, as quais estão, substancialmente, de acordo com as condições comerciais negociadas entre as partes levando em consideração a estrutura organizacional e operacional do Grupo, as quais, desta forma, poderiam ser diferentes caso fossem negociados com terceiros.

#### 21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

b) Riscos cíveis e trabalhistas provisionados

Provisões passivas	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(42)	(3.428)	(23)	(3.493)
Adições	(211)	(2.267)	-	(2.478)
Baixas	130	2.977	-	3.107
Saldo em 31 de dezembro 2022	(123)	(2.718)	(23)	(2.864)
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Cíveis (i)</b>	<b>Trabalhistas (ii)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	25	837	-	862
Adições	80	533	-	613
Atualizações	4	114	-	119
Baixas	(104)	(659)	-	(764)
Saldo em 31 de dezembro 2022	5	825	-	830
<b>Total de riscos provisionados 2022</b>	<b>(118)</b>	<b>(1.893)</b>	<b>(23)</b>	<b>(2.034)</b>
<b>Provisões passivas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(21)	(3.656)	-	(3.677)
Adições	(22)	(893)	(23)	(938)
Atualizações	(8)	(87)	-	(95)
Baixas	9	1.208	-	1.217
Saldo em 31 de dezembro 2021	(42)	(3.428)	(23)	(3.493)
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Cíveis (i)</b>	<b>Trabalhistas (ii)</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	23	627	-	650
Adições	-	285	-	284
Atualizações	2	53	-	55
Baixas	-	(127)	-	(127)
Saldo em 31 de dezembro 2021	25	837	-	862
<b>Total de riscos provisionados 2021</b>	<b>(17)</b>	<b>(2.591)</b>	<b>(23)</b>	<b>(2.631)</b>

(i) Referem-se principalmente a reclamações cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculadas.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

A Companhia é parte em ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis e remotas em 31 de dezembro de 2022, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 4.963, sendo trabalhistas R\$ 2.659, tributárias R\$ 2.204 e cíveis R\$ 100 (R\$ 11.159 em 2021).

#### c) Riscos sociais, tributários e outros provisionados e depósitos judiciais

Provisões passivas	Incra	Sat/Fap	Pis/Cofins	Sesc	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(2.127)	(11.870)	(2.692)	-	(16.689)
Adições	-	(512)	(241)	-	(753)
Atualizações	(153)	(990)	(250)	-	(1.393)
Saldo em 31 de dezembro 2022	(2.280)	(13.372)	(3.183)	-	(18.835)
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Incra (i)</b>	<b>Sat/Fap (i)</b>	<b>Pis/Cofins (ii)</b>	<b>Sesc (iii)</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.120	11.828	2.670	1.233	17.851
Adições	7	512	244	-	763
Atualizações	153	990	250	145	1.538
Saldo em 31 de dezembro 2022	2.280	13.330	3.164	1.378	20.152
<b>Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2022</b>	<b>-</b>	<b>(42)</b>	<b>(19)</b>	<b>1.378</b>	<b>1.317</b>
<b>Provisões passivas</b>	<b>Incra</b>	<b>Sat/Fap</b>	<b>Pis/Cofins</b>	<b>Sesc</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(1.995)	(11.110)	(2.785)	-	(15.890)
Adições	(82)	(512)	(136)	-	(730)
Atualizações	(50)	(286)	(93)	-	(429)
Baixas	-	38	322	-	360
Saldo em 31 de dezembro 2021	(2.127)	(11.870)	(2.692)	-	(16.689)
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Incra (i)</b>	<b>Sat/Fap (i)</b>	<b>Pis/Cofins (ii)</b>	<b>Sesc (iii)</b>	<b>Total</b>
Saldo em janeiro de 2021	1.986	10.972	2.761	2.450	18.169
Adições	100	526	137	0	763
Atualizações	50	354	94	188	686
Baixas	(16)	(24)	(322)	(1.405)	(1.767)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.120	11.828	2.670	1.233	17.851
<b>Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2021</b>	<b>(7)</b>	<b>(42)</b>	<b>(22)</b>	<b>1.233</b>	<b>1.162</b>

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309. A Companhia possui um passivo registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

(ii) Referem-se as Ações Ordinárias nº 5042911-17.2015.404.7000, 5022209-21.2013.404.7000 e 2005.70.00.002620-7, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero prevista no Decreto nº 5.442/05, em respeito aos princípios da legalidade (arts. 5º, II e 150, I, 153, § 1º e 177, § 4º, I, b, da CF/88; e art. 7º do CTN) e da isonomia (art. 150, II, CF/88), e à própria norma de incidência das contribuições (art. 195, I, b, e §§ 9º e 12, da CF/88; e 1º da Lei nº 1

Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2021 e 2022 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

**(ii) Retenção de lucros**

Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2022 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 16.816, já em 2021 foi de R\$ 18.502.

**d. Dividendos**

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2022	2021
Dividendos propostos sobre o lucro de 2020 49º AGO	-	34.302
Dividendos propostos sobre a Reserva de lucros a realizar – 49º AGO	-	542
Dividendos a pagar - exercício 2020		3.947
Dividendos propostos sobre o lucro de 2021 50º AGO	18.502	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.203	10.428
Dividendos complementares sobre lucro	34.795	12.781

Total de dividendos distribuídos	70.500	62.000
Total de dividendos pagos no ano	(70.500)	(62.000)

**24 Receita operacional líquida**

	2022	2021
Receita operacional bruta:		
Publicidade	219.552	222.618
Produção de comerciais	1.766	1.454
Geração digital	1.883	1.756
Outras vendas	5.470	5.248
	<u>228.671</u>	<u>231.076</u>
Deduções:		
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(12.704)	(12.791)
	<u>(12.704)</u>	<u>(12.791)</u>
Receita operacional líquida	<u>215.967</u>	<u>218.285</u>

**25 Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e de vendas**

	2022	2021
Despesa de pessoal	(63.161)	(62.890)
Serviços prestados por terceiros	(39.359)	(44.916)
Comissões vendas	(18.046)	(19.219)
Depreciação e amortização	(5.989)	(5.811)
Depreciação CPC 06 (R2)	(4.175)	(4.108)
Propaganda e publicidade	(7.040)	(6.152)
Despesa com comunicação	(2.671)	(2.259)
Despesa com equipamentos de informática	(4.015)	(3.992)
Recuperação de gastos compartilhados (a)	8.694	8.685
Manutenção predial	(1.146)	(946)
Outras despesas	(11.751)	(9.310)
	<u>(148.659)</u>	<u>(150.908)</u>
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:		
Custos dos serviços prestados	(86.330)	(89.755)
Despesas com vendas	(38.519)	(37.742)
Despesas gerais e administrativas	(23.810)	(23.411)
	<u>(148.659)</u>	<u>(150.908)</u>

(a) (a) Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

	Recuperação de despesas (**)	
	2022	2021
Editora Gazeta do Povo S.A.	3.261	3.617
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.371	1.492
TV Cultura de Maringá Ltda.	906	965
TV Esplanada do Paraná Ltda.	836	850
TV Cataratas Ltda.	872	925
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	771	716
Rádio Intercontinental Ltda.	940	888
Editora o Estado do Paraná S.A.	667	792
Rádio Continental Ltda.	338	358
Outros	5	12
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	147	120
Total	<u>10.114</u>	<u>10.735</u>

Do total de recuperação de despesas em 2022, R\$8.694 referem-se aos gastos compartilhados (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2022 foi de R\$1.420 (R\$2.051 em 2020).

**26 Outras receitas (despesas) operacionais**

	2022	2021
Provisão para contingências	(1.154)	(878)
Resultado líquido na alienação do ativo imobilizado	88	225
Outras (despesas) receitas	307	(489)
Reversão de contingências	1.135	-
Total	<u>376</u>	<u>(1.142)</u>

**27 Resultado financeiro, líquido**

a. Receitas financeiras	2022	2021
-------------------------	------	------

Juros por aplicações financeiras	2.888	829
Juros ativos	1.666	958
Varição cambial ativa	9	52
Outras receitas financeiras	444	394
Total de receitas financeiras	<u>5.007</u>	<u>2.233</u>

**b. Despesas financeiras**

	2022	2021
Varição cambial passiva	(35)	(157)
Juros passivos	(1.393)	(855)
Despesas com juros de arrendamentos	(3.080)	(2.194)
Despesas e tarifas bancárias	(8)	(7)
Outras despesas financeiras	(61)	(601)
Total de despesas financeiras	<u>(4.577)</u>	<u>(3.814)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>430</u>	<u>(1.581)</u>

**28 Partes Relacionadas**

. As transações com partes relacionadas são realizadas e precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes e devem ser liquidados conforme acordado em contrato pré estabelecido.

	2022	2021
TV Cultura de Maringá Ltda.	96	80
TV Oeste do Paraná Ltda.	152	117
Editora Gazeta do Povo S.A.	375	886
TV Esplanada do Paraná Ltda.	108	69
TV Cataratas Ltda.	94	92
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	79	57
Rádio Intercontinental Ltda.	86	81
Editora o Estado do Paraná S.A.	73	71
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	37	31
LCP Imóveis Ltda.	-	1
Rádio Cultura de Marialva	18	10
Total	<u>1.118</u>	<u>1.495</u>

**Contas a Pagar de Partes Relacionadas**

Contas a pagar (circulante):		
Editora Gazeta do Povo S.A	16	7
TV Oeste do Paraná Ltda.	8	1
TV Cultura de Maringá Ltda.	5	2
TV Esplanada do Paraná Ltda.	11	6
TV Cataratas Ltda.	4	5
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	2	-
Outras	1	-
Radio Continental de Curitiba Ltda.	-	2
Total	<u>47</u>	<u>23</u>

**Despesas**

	Recuperação de despesas (*)	
	2022	2021
Editora Gazeta do Povo S.A.	3.261	3.617
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.371	1.492
TV Cultura de Maringá Ltda.	906	965
TV Esplanada do Paraná Ltda.	836	850
TV Cataratas Ltda.	872	925
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	771	716
Rádio Intercontinental Ltda.	940	888
Editora o Estado do Paraná S.A.	667	792
Rádio Continental Ltda.	338	358
Outros	6	12
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	147	120
Total	<u>10.115</u>	<u>10.735</u>

(\*) As recuperações de despesas referem-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhados entre as empresas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e demais despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateadas mensalmente e liquidadas em no máximo quarenta e cinco dias. Para cada natureza de gasto existe um critério de rateio específico, sendo o valor base do rateio o montante de despesa incorrida.

Do total de recuperação de despesas em 2022, R\$8.695 referem-se aos gastos compartilhados (R\$8.685 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2022 foi de R\$1.420 (R\$2.051 em 2020).

**Remuneração do pessoal-chave da Administração**

O pessoal chave-chave da administração é composto pela diretoria da companhia. A remuneração é aprovada pelos acionistas da Companhia. O montante global da remuneração anual da diretoria ocorrido no exercício de 2022 e 2021 foi de R\$2.520. A remuneração do pessoal-chave da administração contempla os honorários e remunerações variáveis dos diretores, onde os benefícios são de curto prazo e os montantes estão registrados substancialmente na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

**29 Transações que não envolvem caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

As transações que não envolveram caixa, e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes: Em 2022 a Empresa teve novos contratos reconhecidos como direitos de uso de arrendamento montante de R\$ 1.077. Já em 2021 a Empresa não teve novos contratos reconhecidos como direitos de uso de arrendamento.

Em 2021 a Companhia possui reconhecido a alienação dos investimentos na LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.) no valor de R\$ 5.662 conforme demonstrado na nota explicativa 12.

Desse montante, em 2021 o caixa foi afetado em R\$ 2.181 referente ao recebimento da segunda parcela, já em 2022 o caixa foi afetado em R\$ 2.241 referente ao recebimento da terceira parcela.

**30 Instrumentos Financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	31/12/2022	
	Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil/ valor justo
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.677	6.677
Aplicações financeiras	1.060	1.060
Contas a receber de clientes	23.111	23.111
Outras contas a receber	3.040	3.040
Depósitos Judiciais	1.317	1.317
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	5.422	5.422
Outras contas a pagar	333	333
Arrendamento	27.079	27.079

	31/12/2021	
	Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo contábil/ valor justo
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	8.747	15.605
Aplicações financeiras	6.858	6.858
Contas a receber de clientes	28.094	28.094
Outras contas a receber	3.580	3.580
Depósitos Judiciais	1.162	1.162
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	4.740	4.740
Outras contas a pagar	436	436
Arrendamento	26.129	26.129

**Gerenciamento de riscos financeiros**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez. Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

**Risco de mercado**

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

**Risco de crédito**

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

**Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
Fornecedores	5.422	-	-	-	5.422
Arrendamento	3.019	8.305	12.052	3.703	27.079
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores	4.740	-	-	-	4.740
Arrendamento	3.114	7.016	9.950	6.049	26.129

**31 Compromissos**

A Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. Como parte deste contrato, tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade de transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos de transmissão da programação em sua região de atuação.

Mariano Lemanski Presidente	Marcelo Fabiano de Souza Palombo Contador CRC/PR 056390/O-5
--------------------------------	--



Anuncie suas  
atas e editais  
aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

TBR230428 pdf

Código do documento ef89a85c-194b-4df4-9e7b-584ffcc48f3a



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 28 Apr 2023, 01:03:30

Documento ef89a85c-194b-4df4-9e7b-584ffcc48f3a **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-28T01:03:30-03:00

### 28 Apr 2023, 01:04:01

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-04-28T01:04:01-03:00

### 28 Apr 2023, 01:04:24

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.7.113 (bfb10771.virtua.com.br porta: 21800). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE\_ATOM: 2023-04-28T01:04:24-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):1780d51ef81127fc89c195d852e7198beb871cc0ceeb16253fde8c615208def7

(SHA512):6405b2e2785be722596f3399d867418f1ab6fd08aa0245876080b317a85ea8a88df1a0fc6082627a3172a3daef381b86e4dae36864fc360cc7443f987492fffd

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**